

## **MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA APROVA NOVO PDZ DO PORTO DE SANTOS**

Medidas vão gerar investimentos de R\$ 9,65 bilhões no complexo nos próximos dez anos

*Por Leopoldo Figueiredo Da Redação 29.07.20 9h25*



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.85428:1579902953/foto-porto.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=766c011&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.85428:1579902953/foto-porto.JPG?f=2x1&$p$f=766c011&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

**Ministério da Infraestrutura aprova novo PDZ do Porto de Santos (Carlos Nogueira)**

Após 14 anos, o Porto de Santos conta com um novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ). A nova versão do estudo, que define novas diretrizes para a

exploração das áreas do complexo marítimo, foi aprovada pelo Ministério da Infraestrutura (Minfra) ontem, informou a Autoridade Portuária de Santos (APS) com exclusividade para A Tribuna.

A concretização das medidas previstas no plano vão elevar a capacidade do Porto em cerca de 50% até 2040, permitindo que possa operar até 240,6 milhões de toneladas, segundo projeção da APS. Ainda segundo a empresa, nos próximos dez anos, as obras e os terminais planejados para o complexo vão gerar investimentos de R\$ 9,65 bilhões e abrir 21,6 mil empregos diretos.

A aprovação da nova versão do PDZ consta da Portaria nº1.620 do Minfra, com data de ontem e assinada pelo secretário-executivo da pasta, Marcelo Sampaio Cunha Filho. A portaria ainda revoga o plano anterior, aprovado pelo Conselho de Autoridade Portuária (CAP) de Santos em 22 de maro de 2006.

“Com o novo PDZ, projetamos o Porto de Santos para o futuro, propiciando um salto de eficiência, economia de escala e produtividade. Representa um marco para a modernização do complexo, geração de emprego e renda na região. Fundamental dizer que esse trabalho só logrou êxito por conta do alinhamento entre SPA (Santos Port Authority, a versão em inglês de Autoridade Portuária de Santos), Minfra e Planalto em prol da infraestrutura nacional, pois o novo PDZ representa um avanço não só para Baixada Santista, mas para toda a cadeia logística nacional que depende do principal equipamento do comércio exterior brasileiro”, afirma o diretor-presidente da APS, Fernando Biral.

A nova versão do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento foi elaborada pela APS no último ano. O trabalho chegou a ser criticado por algumas empresários do setor por não ter sido mais debatido com a comunidade portuária. A Autoridade Portuária afirma que realizou discussões sobre o PDZ com vários setores.

Entre as principais diretrizes do novo plano, estão a movimentação de 100% das cargas da região de influência do Porto, a consolidação de áreas para a clusterização de cargas (a concentração de um determinado tipo de operação em uma área específica) e o aumento da participação do modal ferroviário. Também estão previstas soluções para interferências de acessos rodoferroviários e a destinação do cais do Valongo à movimentação de passageiros em navios de cruzeiro.

**Fonte : A Tribuna Digital - SP**

**Data : 29/07/2020**

## EMPRESÁRIOS DEFENDEM GESTÕES ÁGEIS E MANUTENÇÃO DE REGRAS E CONTRATOS NO PORTO DE SANTOS

Criar um modelo de gestão portuária menos burocrático é o grande sonho dos gestores e profissionais do setor

Por Matheus Müller Da Redação 28.07.20 19h54



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.80645:1576932803/Porto-de-Santos.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=fafdaed&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.80645:1576932803/Porto-de-Santos.jpg?f=2x1&$p$f=fafdaed&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)  
**Empresários defendem gestões ágeis e manutenção de regras e contratos no Porto de Santos (Carlos Nogueira/ AT)**

dos gestores e profissionais do setor. Ao mesmo tempo que alguns apontam a privatização dos complexos como melhor solução, a possibilidade de atuação conjunta entre o público e o privado não é descartada.

Nesse segundo cenário, o governo ainda seria responsável pela gestão de áreas, pelo planejamento, pelas licitações e pelas arrecadações contratuais, enquanto uma empresa faria a administração dos serviços realizados dentro do Porto, como a manutenção do canal, perimetrais e distribuição elétrica, entre outros.

O tema foi abordado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no webinar As expectativas do mercado para a privatização dos portos, realizado na semana passada e mediado pelo coordenador do Centro de Estudos FGV Transportes, diretor de Relações Governamentais da Cargill e presidente do conselho da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Clythio Buggenhout.

Entre os debatedores: Patrícia Lascosque, superintendente de portos da Suzano e presidente do conselho da Associação de Terminais de Portuários Privados (ATP); Ricardo Arten, CEO da Brasil Terminal Portuário (BTP) e conselheiro titular da Associação Brasileira de Terminais de Contêineres (Abratec), e Fabio Abrahão, diretor de Infraestrutura, Concessões e PPPs do BNDES.

Em comum, todos clamam pela desburocratização e pela manutenção das regras. Ou seja, que o modelo de gestão público/privado não sofra alterações, caso contrário o complexo portuário seria visto com desconfiança pela insegurança jurídica.

“Sou a favor de privatizar tudo, mas, lógico, tem que encontrar um modelo que equilibre e consiga dar segurança jurídica aos contratos atuais. E tem que estabelecer regras, porque as regras que você combinou no início têm que permear até o final para poder atrair investimentos, principalmente estrangeiros”, diz Arten.

Patrícia ressalta que cada porto tem um modelo a seguir, seja Landlord Port (gestão com o governo, como ocorre em Santos), Terminal de Uso Privado (TUP), privatização e IPO (oferta públicas de ações) - opção que o Governo não descarta para a Autoridade Portuária de Santos, ao abrir seu capital. Independentemente disso, ela defende que o processo tem que mudar.

“Precisamos aumentar a eficiência dos condomínios portuários. Quando digo eficiência, estou querendo dizer que precisamos viabilizar, em um tempo hábil, a manutenção dos canais, do acesso rodoferroviário, das dragagens de manutenções, proteções dos moles... Não só pensando nas atividades atuais, mas no crescimento consentâneo neste complexo logístico”, destaca a gestora.

Patrícia ainda ressalta que as autoridades portuárias no País não conseguem fazer o trabalho de gestão e manutenção de forma eficiente.

## Modelos

Enquanto Arten defende a privatização total, Patrícia cita o sucesso que foi o IPO no Porto de Roterdã, nos Países Baixos. Ela ressalta que nem todos os portos organizados, dos 37 que há País, geram dividendos. Mas, entre os que geram, está Santos, Rio Grande (RS), Paranaguá (PR), Itaguaí (RJ), Rio de Janeiro, Suape (PE), Itaqui (MA) e Vila do Conde (PA).

“Para esses, talvez, o governo devesse pensar no modelo de IPO, para ainda permanecer no controle da administração e o acionista entrar com a parte profissional dessa administração”, indica.

A representante da ATP destaca que não dá simplesmente para copiar um modelo europeu e achar que vai dar certo, pois cada país tem uma cultura e seus órgãos de controle. Entretanto, ressalta o caso de sucesso de Roterdã. Lá, o município permanece com parte das ações, outra fatia fica com o governo e o restante foi “pulverizado”.

“Acho que foi a grande sacada do Porto de Roterdã. Esse administrador do condomínio não visava o lucro, mas ser autossustentável, pois tem que gerar receita o suficiente para manter, de modo eficaz, todas essas estruturas que eu mencionei e ainda ser competitivo para atrair acionistas que sejam remunerados”, diz Patrícia.

*Fonte : A Tribuna Digital - SP*

*Data : 29/07/2020*



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## **ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS**

### **ANTAQ AUTORIZA EMPRESA A OPERAR ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE CARGAS EM GOIÁS**

*O termo de liberação de operação (TLO) foi publicado nesta terça-feira (28) no DOU*



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/ETC-S%C3%A3o-Sim%C3%A3o-768x374.jpg>

**A ETC que movimentará grãos sólidos**

A ANTAQ publicou, nesta terça-feira (28), o Termo de Liberação de Operação (TLO) autorizando a empresa Adm. Armazéns Gerais LTDA, localizada em Araguari (MG), a operar a Estação de Transbordo de Cargas (ETC), denominada Adm Armazéns Gerais, em São Simão (GO). A publicação está no Diário Oficial da União (DOU), seção 1, página 27.

A empresa fará operação integral de atividades que compreendem a movimentação de grãos sólidos, em observância às normas e regulamentos da ANTAQ, especificamente ao Contrato de Adesão 11/2019-Minfra.

*Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários*

*Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ*

*Fone: (61) 2029-6520*

*FAX: (61) 2029-6517*

*E-mail: asc@antaq.gov.br*

*Data : 29/07/2020*

## **PORTAL PORTO GENTE**

### **PMES DE TECNOLOGIA SEGUEM CRESCENDO E ANUNCIAM VAGAS PARA DIVERSAS ÁREAS**

*Assessoria de Comunicação*

Segundo levantamento do Sindicato dos Trabalhadores em Tecnologia da Informação de São Paulo (Sindpd), 14,5% das empresas tendem a ampliar a oferta de vagas no setor. Os dados se contrapõem ao alto número de desempregados no país, divulgado todos os meses pelo IBGE e que vêm crescendo com a pandemia causada pelo coronavírus. Esse é um dos poucos mercados que vai na contramão da crise e continua crescendo.

Para Fellipe Couto, CEO da Vulpi e especialista em HR Tech, este cenário favorável aos profissionais de TI deve-se aos processos de transformação digital que foram acelerados com a pandemia e o isolamento social proposto. As empresas que não investiam em inovação precisaram dar um passo à frente. Essa corrida acelerada pela transformação aquece a busca por desenvolvedores e deixa os departamentos de Gente e Gestão apreensivos.

Estudo da Brasscom (Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação) mostra que, até 2024, a demanda por profissionais de tecnologia será de 70 mil por ano, enquanto o número de formados chegará a 46 mil.

#### **Seguem, abaixo, algumas empresas do setor de tecnologia com vagas abertas:**

Fundada em 2014, em Itu, interior de São Paulo, e com mais de 5 mil usuários ativos, a Followize, startup de tecnologia que está em fase de crescimento acelerado e que tem como foco a gestão de leads e vendas, permitindo mapear 100% do retorno de investimento em campanhas online, acabou de abrir nove vagas, para profissionais de diferentes níveis e setores, desde estagiários, desenvolvedores, analistas e coordenadores de atendimento. Os candidatos podem se inscrever no link: <https://jobs.solides.com/followize>.

Já em Minas Gerais, a Group Software, empresa que desenvolve sistemas para condomínios, shoppings e imobiliárias há quase 25 anos, está com 30 vagas, para profissionais de diferentes setores, como TI, Marketing, Comercial e Sucesso do Cliente. Com mais de 200 colaboradores, foi reconhecida pela lista dos Melhores Lugares para Trabalhar (PMEs) da Glassdoor de 2019, ficando entre os 10 primeiros, a partir de feedbacks coletados de funcionários e ex-funcionários. A companhia atua em 15 países e em mais de 250 cidades de todos os 27 estados brasileiros, com escritórios em Belo Horizonte (Lourdes - matriz), São Paulo e Barueri-Alphaville. Os candidatos podem se inscrever pelo link <https://www.groupsoftware.com.br/carreira/>.

Desde que a pandemia começou, em março, o Bagy, plataforma que ajuda pequenos e médios varejistas a criar seu próprio e-commerce em apenas 15 minutos e já sair vendendo, mais que dobrou em número de clientes, em sua maioria lojistas físicos que viram no online uma opção de sobrevivência à crise. Isso impactou diretamente no quadro de funcionários, que também dobrou. Hoje, o Bagy conta com 44 colaboradores e está com 12 vagas para as áreas de Desenvolvimento de TI, Financeiro, Vendas, Customer Success e Atendimento ao Cliente. Até novembro, mais 40 postos de trabalho devem ser abertos. Os interessados podem enviar o currículo para [curriculos@bagy.com.br](mailto:curriculos@bagy.com.br). A empresa fica em Belo Horizonte e é necessário que os candidatos tenham disponibilidade para trabalhar alguns dias de forma presencial pós pandemia.

Ainda na capital mineira, a Tag, startup de check-in e check-out para hotéis e restaurantes que querem acabar com as filas e aglomerações nas recepções, está com oito vagas para as áreas de vendas, marketing, financeiro e RH, preferencialmente para quem mora em Belo Horizonte e região metropolitana. O envio do currículo pode ser feito pelo site <https://www.site.tag.express/carreiras>.

Na região Sul, em Joinville (SC), a Gofind, localizador de produtos que utiliza inteligência artificial para ajudar o consumidor a encontrar produtos disponíveis nas proximidades, está com quatro vagas, sendo duas para área de Desenvolvimento/Produto, uma para área de Marketing e uma para área de Sucesso do Cliente. Desde que a pandemia começou foram contratadas cinco pessoas, quatro para o setor comercial e uma para o setor de Sucesso do Cliente. Os currículos podem ser enviados para o e-mail [recruta@gofind.online](mailto:recruta@gofind.online).

No Brasil desde dezembro de 2019, a Kenzie Academy, uma das melhores escolas de programação do mundo, de origem norte-americana, deseja ampliar seu time de colaboradores. De janeiro a junho, a escola registrou aumento na busca de interessados por formação na área de programação - cerca de 15 mil pessoas se inscreveram no processo seletivo, um crescimento de 250% em relação ao primeiro trimestre do ano. Com duas vagas em aberto, a escola busca por um Analista Facilitador de Ensino e um Analista de Dados Sênior, para atuar na sede da escola em Curitiba (PR), pelo regime CLT. Para se candidatar, os interessados devem acessar o link: <https://kenzie.abler.com.br/>.

Há 18 anos no mercado, com sede em Porto Alegre (RS), a ilegra, empresa global de inovação, design e software, tem como principal proposta levar inovação e oxigenar negócios conforme a demanda e atuação de cada companhia, atendendo clientes líderes em seus segmentos e com portfólio composto por empresas como Bradesco, Cielo, Thomson Reuters, entre outros. Agora, a companhia está com 17 vagas para a área de tecnologia. A empresa está recrutando profissionais para as posições de Analista de Sistemas, Business Analyst, Analista de Software, Front Developer, Backend Developer, DevOps Pre Sales Engineer, UX Designer, Arquiteto de Software, Quality Analyst Senior e Comercial para operar em seu novo modelo de trabalho 100% remoto. Para se candidatar, os interessados devem enviar um e-mail para [rh@ilegra.com](mailto:rh@ilegra.com)

*Fonte : Portal Porto Gente*

*Data : 29/07/2020*

## **DESAFIO E REALIDADE DOS PORTOS BRASILEIROS**

*Editor Portogente*

O mundo portuário nacional agita-se ante a proposta (ou seria ainda promessa?) de dar novo rumo aos portos brasileiros. Que estes pudessem se servir de infraestrutura e logística excepcionais para ganharem protagonismo no mercado mundial das cargas; mas, principalmente, que tivéssemos regulamentos e atitudes que beirassem a transparência extrema.

Todavia, para se chegar a tal destino faz-se necessário entender os desafios que temos pela frente e a realidade em que pisamos, ou navegamos. E que todos tivessem como norte apenas uma "terra segura": a do desenvolvimento econômico do País que combinasse sustentabilidade e respeito à sociedade. E aqui não estamos falando em tornar o negócio portuária numa entidade filantrópica ou beneficente.

Esses desafios exigem que desde os entes públicos envolvidos no setor - de órgão regulador aos de fiscalização, o próprio Ministério da Infraestrutura, autoridades portuárias - e os atores sociais privados - empresariais e de classe - para que se sentem à mesa. Mesa esta com uma boa grandeza para que todos possam ser ouvidos e vistos em seus interesses, direitos e deveres. E que em nenhum momento o Brasil fosse esquecido ou se tornasse um naufrago.

Numa conformação de tudo isso e mais um pouco realmente podemos conquistar a condição de portos mais produtivos e desenvolvimentistas, com a descentralização de decisões, com a aproximação dos portos às cidades onde estão localizados e que não sejam necessários mais processos de investigação sob sigilo para apurar eventuais pagamentos superfaturados em serviços realizados nos portos.

*Fonte : Portal Porto Gente*

*Data : 29/07/2020*

## SIENGE PROMOVE LIVE COM GRANDES NOMES DO MERCADO PARA FALAR SOBRE OPORTUNIDADES QUE O MARCO DO SANEAMENTO PROPORCIONARÁ AO BRASIL

Por Carolina - Categoria: Notícias Corporativas

O Sienge, solução líder no País em gestão na área de construção civil, vai promover um webinar no dia 6 de agosto, às 14h, com o título: O Novo Marco do Saneamento e as Oportunidades para a Construção. Grandes nomes do mercado vão expor temas e oportunidades presentes no marco regulatório do Saneamento e o que o Governo Federal precisa fazer para alcançar investimentos estimados na casa de R\$ 700 bilhões em 12 anos.

“O marco do saneamento cria um novo ambiente de negócios para todo o setor de construção civil, com um horizonte promissor de oportunidades e com potencial de transformar a realidade de todo o País, temos muito o que debater e entender, mas sem dúvida é uma chance de ouro”, aposta Fabrício Schweitzer, COO do Sienge.

Estão confirmados no evento: Júlio Jacob Junior, Diretor Jurídico da Iguá Saneamento; Tiago Jacques, Advogado especialista em PPPs e Infraestrutura; Sebastian Butto, Diretor de Projetos na Siglasul; Percy Soares Neto, Diretor Executivo na ABCON SINDCON. A moderação da conversa será de Fabrício Schweitzer, COO do Sienge e Tullo Cavallazzi, Advogado Sócio na Cavallazzi Andrey Restanho & Araujo.

Entre os temas abordados estão o contexto de surgimento do Marco do Saneamento; A regulamentação decorrente de sua aprovação; Inovações presentes e Oportunidades de negócio para a Indústria da Construção. Para participar e saber mais informações do evento, basta acessar o <https://www.sienge.com.br/novo-marco-do-saneamento-construcao/>.

### Serviço:

Tema: O Novo Marco do Saneamento e as Oportunidades para a Construção

Dia: 06/08

Horário: 14h

Inscrições: <https://www.sienge.com.br/novo-marco-do-saneamento-construcao/>

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 29/07/2020

## ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

### MAIA VOLTA A MINIMIZAR DESEMBARQUE DE DEM E MDB DO ‘CENTRÃO’

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), voltou a minimizar o desembarque do DEM e do MDB do “Centrão” e reafirmou o movimento como algo puramente regimental. “Está tendo muita desinformação parece que DEM e MDB saíram do bloco pra questionar a liderança de Arthur Lira líder do PP na Câmara, não tem nada a ver”, disse em entrevista ao programa Manhã Bandeirantes, nesta quarta-feira, 29.

Os dois partidos vão oficializar, nos próximos dias, o desembarque do bloco liderado na Câmara por Lira, informação antecipada pelo Broadcast Político. As duas legendas já atuam de forma independente em torno de Maia, mas acabam ficando a reboque de Lira no encaminhamento de votações. O divórcio mostra os rumos antagônicos que as bancadas vão tomar em votações futuras, como na reforma tributária e na sucessão de Maia, em 2021.

“Estão misturando fato corriqueiro do regimento da Casa”, disse Maia que afirmou ainda não haver nenhuma tentativa de enfraquecer a força de Lira.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 29/07/2020

## **AES ASSINA COM BNDESPAR CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE 18,5% DO CAPITAL DA AES TIETÊ**

A AES, acionista controlador indireto da AES Tietê, assinou com o BNDESPar contrato para aquisição de 73.834.706 de units que eram do braço de participações do BNDES, ou 18,5% do capital social total da companhia. Com essa operação, a AES passará a deter, por meio de suas controladas, 42,9% da AES Tietê.

O valor não foi informado, mas pelo preço do fechamento de ontem, de R\$ 15,26, sairia por R\$ 1,12 bilhão.

Assim, o BNDESPar sai da empresa e do acordo de acionistas.

A AES também informou que no prazo de até seis meses a partir do fechamento da peração submeterá ao Conselho de Administração e aos demais acionistas proposta de migração para o segmento Novo Mercado da B3.

“Esta iniciativa beneficiará à Companhia e aos seus acionistas, tanto pela melhoria das práticas de governança exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, quanto pelo esperado aumento de liquidez de suas ações”, diz comunicado.

*Fonte : IstoÉ- Dinheiro*

*Data : 29/07/2020*

## **GOVERNO PRECISA BUSCAR SOLUÇÕES PARA PROBLEMAS FISCAIS E SOCIAIS, DIZ MOURÃO**

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou em entrevista por videoconferência ao jornal Diário de Pernambuco que o governo federal precisa buscar soluções para problemas fiscais e sociais. “Temos que buscar soluções que caibam dentro do espaço fiscal para que as pessoas continuem a participar do mercado de trabalho e tenham uma renda mínima para satisfazer parte das suas necessidades”, disse.

Para o vice, existe hoje no Palácio do Planalto a “exata compreensão” de que levará tempo para recuperar empregos formais perdidos em meio à crise econômica. “Um grande número de trabalhadores informais também levará tempo para se reconstruir”, completou.

No primeiro semestre do ano, o Brasil perdeu 1,198 milhão de vagas de emprego com carteira assinada, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados na terça-feira, 28, pelo Ministério da Economia.

Questionado sobre a possibilidade de reeleição do presidente da República, Jair Bolsonaro, Mourão respondeu que o trabalho que o governo federal vem realizando “dará bons frutos” e chefe de governo “chegará a 2022 extremamente competitivo”.

O vice apontou para o objetivo de solucionar “os dois grandes problemas econômicos” da busca pelo equilíbrio fiscal e da baixa produtividade. Ele mencionou ranking de 18 países em que o Brasil ocuparia a última posição. Mourão relatou que algumas agendas do governo federal “pararam” por causa da pandemia, mas a reforma tributária está sendo “retomada”.

“Ao mesmo tempo, temos que avançar na segurança pública, educação e saúde. São essas vertentes em que nosso governo tem de ser positivo para que não haja retorno de visão anterior”, disse ele, em referência à gestão por mais de 20 anos de governantes do PSDB e do PT.

### **Agenda ambiental**

O vice-presidente afirmou ainda que o governo federal tem de fazer a sua parte no combate ao desmatamento na Amazônia para “deixar claro” que está “comprometido” com a agenda ambiental. Na sua visão, se isso se concretizar, “as pressões internacionais devem cessar”.

“Num primeiro momento, estamos atuando com medidas voltadas para a questão da proteção e preservação para impedir avanços das ilegalidades como desmatamento, queimadas e garimpo ilegal”, disse o vice, que comanda o Conselho Nacional da Amazônia Legal.

Mourão acrescentou que o governo está “buscando soluções que vão permitir desenvolvimento sustentável para aquela região, explorando a riqueza da biodiversidade amazônica”.

*Fonte : IstoÉ- Dinheiro*

*Data : 29/07/2020*

## **INDICADOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO RJ SOBE PARA 47,5 PONTOS EM JUNHO, DIZ FIRJAN**

O indicador de volume de produção da Sondagem Industrial do Rio de Janeiro subiu de 39,9 pontos em maio para 47,5 pontos em junho, informou a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Em decorrência da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, o indicador tinha descido a 25,8 pontos em abril, pior patamar da série histórica da pesquisa iniciada em 2010.

O indicador da Sondagem Industrial varia de zero a cem pontos: resultados acima de 50 pontos representam melhora ou otimismo e, abaixo, piora ou pessimismo.

Em junho, o indicador de produção foi mais elevado para as empresas de grande porte, 52,6 pontos, retornando ao patamar positivo após quase dois anos abaixo dos 50 pontos. As pequenas indústrias também tiveram melhora, para 41 pontos, enquanto as médias avançaram para 44,9 pontos.

Os resultados sinalizam queda menos intensa da atividade industrial fluminense por conta da retomada das atividades que estavam paralisadas diante da pandemia do coronavírus, afirmou a Firjan, em nota.

O nível de utilização da capacidade instalada foi de 58% em junho, aproximando-se da média histórica de 64,3%, após resultados mais baixos em abril (47%) e maio (49%). No entanto, os empresários industriais fluminenses permanecem insatisfeitos com a sua situação financeira (36,7 pontos), margem de lucro das empresas (34,7 pontos) e acesso ao crédito (29,6 pontos).

*Fonte : IstoÉ- Dinheiro*

*Data : 29/07/2020*



**EXTRA ONLINE**

## **GUEDES REITERA PLANO DE CRIAÇÃO DE NOVA BASE TRIBUTÁRIA E DIZ SER FAVORÁVEL A REFORMA AMPLA**

*Por Marcela Ayres*

BRASÍLIA (Reuters) - O ministro da Economia, Paulo Guedes, reiterou nesta quarta-feira plano da equipe econômica de criação de uma nova base tributária ampla, acrescentando que, se a ideia prosperar, será possível reduzir e eliminar outros impostos.

"Não vamos aumentar os impostos, podemos redistribuir, criar uma base ampla nova. Se você criar uma base ampla nova e tributar um pouco ali, você pode então reduzir o Imposto de Renda, eliminar alguns IPI, pode até reduzir cinco, seis, sete, oito, dez impostos se você tiver base ampla onde você crie ali uma nova incidência para pessoas que não pagam", afirmou.

Em fala à imprensa após participar no Palácio do Planalto da primeira reunião técnica para discutir pontos do texto da reforma tributária, Guedes afirmou que o projeto de lei de autoria do Executivo já encaminhado ao Congresso representa apenas um primeiro passo.

O ministro disse estar muito confiante numa reforma ampla "como quer a PEC (Proposta de Emenda à Constituição)" que já tramitava no Congresso. Após a junção de PIS e Cofins proposta na semana passada, ele afirmou que o governo tratará de temas como impostos seletivos, imposto sobre a renda e desoneração da folha.

*Fonte : Extra Online*

*Data : 29/07/2020*

## **NOVAS REGRAS PARA TRANSFERÊNCIA DE SERVIDOR FEDERAL COMEÇAM A VALER NO DIA 1º DE AGOSTO**

*Por Camilla Pontes*



<https://extra.globo.com/incoming/24555603-444-7b6/w640h360-PROP/xlenhart.jpg.pagespeed.ic.se2Rm36gto.jpg>

*O secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal, Wagner Lenhart Foto: Hoana Gonçalves / Divulgação / 02.08.2019*

O Ministério da Economia — por meio da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia — publicou, na última sexta-feira (dia 24), uma portaria que atualizou as regras para transferência interna de servidores e empregados públicos da administração pública federal. A Portaria 282/2020 vai entrar em vigor neste sábado (dia 1º de agosto).

Entre as principais mudanças estão as modalidades de movimentação: por indicação consensual e por processo seletivo. No primeiro modelo, a iniciativa deve estar em comum acordo por parte do servidor e dos órgãos de origem e de destino, para então o Ministério da Economia autorizar a transferência.

No processo seletivo, o órgão interessado deverá selecionar candidatos com base no perfil profissional e também em critérios como mérito, transparência e isonomia. Se os critérios e as regras estipuladas pela portaria forem atendidas, o órgão de origem deverá liberar o servidor em até 30 dias.

O secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal, Wagner Lenhart, explicou que a portaria tem diretrizes para evitar que o servidor seja prejudicado em sua transferência.

— A portaria também vem com o objetivo de tornar as coisas mais claras para evitar qualquer tipo de situação que prejudique o servidor. Todo mundo vai estar de acordo na modalidade consensual: o órgão de origem, o servidor e o órgão de destino. No processo de seleção, entra a questão da impessoalidade, para evitar perseguições ou preferências dentro da administração pública — comentou.

### **Aplicação de prazos**

Outra mudança está no prazo, que era inexistente nas regras antigas. A partir da entrada em vigor da portaria, os servidores serão liberados para movimentação em até quatro meses, a partir da comunicação do Ministério da Economia, e aqueles transferidos deverão permanecer no órgão de destino por, pelo menos, 12 meses.

Também será criado um Comitê de Movimentação, com integrantes do Ministério da Economia, para acompanhar as transferências internas.

— O lema da nova portaria é "as pessoas certas nos lugares certos", porque é mais um passo importante na cultura de movimentação para que os órgãos cada vez mais utilizem essa ferramenta e tenham sempre servidores motivados, que levam mudanças positivas, novos olhares e desafios para os seus colegas de trabalho e gestores. A maior parte dos relatos que temos de servidores transferidos são casos positivos dessa experiência — afirmou Lenhart.

A portaria atual substitui a Portaria 193/2018, que, segundo os dados da secretaria, permitiu a transferência interna de 2.202 servidores e empregados públicos federais até o momento. Em 2020, foram movimentados 728 profissionais para órgãos com carência de efetivo.

A medida também reforça o objetivo de tornar a gestão de pessoal mais eficiente diante das restrições impostas pelo governo federal em realizar concursos públicos e reajustar salários.

— Num cenário de restrição ainda maior para qualquer recomposição salarial até 2021, os objetivos são fazer o uso mais eficiente da mão de obra e aprimorar os talentos que temos dentro da administração pública — finalizou o secretário.

*Fonte : Extra Online*

*Data : 29/07/2020*

## **BR DISTRIBUIDORA APROVA PROPOSTA DA PETROBRAS E AUMENTA DIVIDENDOS DE 2019**

*Por Luciano Costa*

SÃO PAULO (Reuters) - A BR Distribuidora informou que foi aprovada em assembleia geral uma proposta da acionista Petrobras que aumentou a distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2019.

Em comunicado na noite de terça-feira, a BR disse que serão distribuídos 1,124 bilhão de reais em dividendos, equivalentes a 50,8% do lucro líquido ajustado, sendo 540,3 milhões em juros sobre o capital próprio (JCP) já declarados e 583,85 milhões de reais em dividendos.

O dividendo será distribuído aos acionistas sem atualização monetária, devendo ser pago até o último dia útil de 2020, acrescentou a empresa.

A proposta da administração divulgada anteriormente pela BR previa dividendos no valor de 49,86 milhões de reais, com retenção de 533,98 milhões de reais para reserva especial de dividendos não distribuídos.

No comunicado, a BR disse que o CEO da companhia, Rafael Grisolia, "recebeu com tranquilidade a proposta feita pela Petrobras".

A proposta anterior de criação de reserva especial visava criar flexibilidade para pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório em momento adequado, bem como a preservação das condições financeiras de liquidez e alavancagem da companhia, ainda segundo o documento.

"Caso os índices de liquidez e alavancagem se deteriorarem em função da imprevisibilidade que a humanidade passa com a Covid-19, a administração, dentro de seus deveres fiduciários, prontamente informará os acionistas para nova reflexão sobre o tema", acrescentou a BR.

Apesar de ter vendido parte de sua fatia na BR Distribuidora por meio de uma oferta de ações no ano passado, deixando de ser controladora da empresa de combustíveis, a Petrobras ainda é a maior acionista da companhia, com 37,5% das ações.

*Fonte : Extra Online*

*Data : 29/07/2020*

## **PETROBRAS JÁ PRODUZ E VENDE GASOLINA EM NOVO PADRÃO QUE SERÁ OBRIGATÓRIO EM 2022**

*Por Luciano Costa*

SÃO PAULO (Reuters) - A Petrobras PETR4.SA> já tem produzido em todas suas refinarias e comercializado junto a distribuidores gasolina com octanagem RON 93, que segundo regulamentação da ANP será obrigatória no Brasil apenas em 2022, disse a companhia em comunicado nesta quarta-feira.

"Ajustamos nossos processos de refino e estamos prontos para antecipar o padrão de qualidade previsto para 2022. Desta forma, garantimos a qualidade superior da gasolina produzida nas refinarias da Petrobras", disse a diretora de Refino e Gás Natural da Petrobras, Anelise Lara, em nota em separado, enviada a jornalistas.

A Petrobras defendeu que o novo padrão de gasolina tem maior eficiência, o que permitirá redução no consumo por quilômetro rodado, além de contribuir para melhor desempenho dos motores.

"O ganho de rendimento de 5%, em média, proporcionado pela nova gasolina compensará uma eventual diferença no preço da gasolina, porque o consumidor vai rodar mais quilômetros por litro", destacou a companhia no comunicado de imprensa.

A nova especificação também dificulta fraudes na gasolina, combatendo o uso de solventes e naftas de baixa qualidade como para adulteração do produto vendido ao consumidor, acrescentou a estatal.

**Fonte : Extra Online**

**Data : 29/07/2020**

## **PETROBRAS INICIA FASE NÃO VINCULANTE EM PROCESSO PARA VENDA DO PÓLO ALAGOAS**

*Por Luciano Costa*

SÃO PAULO (Reuters) - A Petrobras avançou em processo para a venda da totalidade de sua participação em um conjunto de sete concessões terrestres e em águas rasas no Alagoas, informou a companhia em comunicado nesta quarta-feira.

O desinvestimento no chamado Pólo Alagoas entra assim na chamada fase não vinculante, em que potenciais compradores habilitados recebem instruções para apresentação de propostas iniciais pelo ativo.

A produção do Pólo Alagoas em 2019 foi de em média 2,35 mil barris por dia (bpd) de óleo e condensado e de 856 mil metros cúbicos/dia (m<sup>3</sup>/d) de gás, gerando 1.010 bpd de LGN (líquidos de gás natural).

Além dos campos e suas instalações de produção, está incluída na transação a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) de Alagoas, cuja capacidade de processamento é de 2 milhões de metros cúbicos por dia, acrescentou a Petrobras.

**Fonte : Extra Online**

**Data : 29/07/2020**



## **CONFIANÇA DA INDÚSTRIA SEGUE MOSTRANDO RECUPERAÇÃO EM JULHO COM MELHORA DAS EXPECTATIVAS, DIZ FGV**

A confiança da indústria no Brasil mostrou recuperação pelo terceiro mês consecutivo em julho, refletindo a melhora da perspectiva para os próximos meses

A confiança da indústria no Brasil mostrou recuperação pelo terceiro mês consecutivo em julho, refletindo a melhora da perspectiva para os próximos meses, embora haja cautela sobre o momento atual.

A Fundação Getulio Vargas (FGV) informou nesta quarta-feira que seu Índice de Confiança da Indústria (ICI) teve alta de 12,2 pontos em julho, a 89,8 pontos, registrando a segunda maior variação positiva da série histórica.

O índice voltou a apresentar crescimento em médias móveis trimestrais em julho, de 65,7 pontos para 76,3 pontos, depois de ter quatro meses de queda.

"A confiança da indústria de transformação segue avançando impulsionada pela diminuição do pessimismo para os próximos três meses", explicou Renata de Mello Franco, economista da FGV-Ibre.

"Porém, os indicadores que medem a situação atual mostram que o grau de insatisfação com o momento presente permanece elevado", alertou ela.

A economista também citou "cautela em relação à velocidade e consistência da recuperação dada incerteza ainda muito elevada".

Em julho, o Índice de Expectativas, que mede a percepção dos empresários sobre o futuro da indústria, subiu 14,3 pontos, a 90,5 pontos, enquanto o Índice de Situação Atual cresceu 9,9 pontos, a 89,1 pontos.

Ambos continuam abaixo de seus níveis pré-pandemia, mas o IE já recuperou aproximadamente 78% das perdas observadas entre março e abril, enquanto o ISA apenas 65%.

Entre os indicadores que compõem o IE, produção prevista e emprego previsto variaram 16,1 pontos e 16,5 pontos respectivamente, para 99,0 pontos e 93,0 pontos, recuperando grande parte da perda observada em março e abril.

A melhora na confiança da indústria ocorre em meio à flexibilização das medidas de prevenção do coronavírus em vários centros econômicos importantes do Brasil.

*Fonte : Epoca Negócios*

*Data : 29/07/2020*



## **JORNAL O GLOBO – RJ**

### **GUEDES DIZ QUE PODE REDUZIR ATÉ DEZ IMPOSTOS COM CRIAÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE PAGAMENTOS**

Ministro se reuniu com relator da reforma tributária, no Palácio do Planalto

*Por Daniel Gullino, Marcello Corrêa e Manoel Ventura*



[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24556550-ac6-7ed/FT1086A/652/x88898141\\_Fotos-na-pasta-locais-BrasilBrasiliaPA21-07-2020COVID-19O-ministro-da-Ec.jpg.pagespeed.ic.Z-GBXdxBT0.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24556550-ac6-7ed/FT1086A/652/x88898141_Fotos-na-pasta-locais-BrasilBrasiliaPA21-07-2020COVID-19O-ministro-da-Ec.jpg.pagespeed.ic.Z-GBXdxBT0.jpg)

*O ministro da Economia, Paulo Guedes, ao lado do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), à esquerda, relator da reforma tributária Foto: Jorge William / Agência O Globo / 21-07-2020*

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quarta-feira que a criação de

um imposto sobre pagamentos pode abrir espaço para reduzir alíquotas de até dez outros tributos, além de ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

— Podemos redistribuir, criar uma base ampla, nova, e aí você pode, se criar uma base ampla nova e tributar um pouco ali, pode reduzir o Imposto de Renda, eliminar alguns IPIs (Imposto sobre Produtos Industrializados), pode até reduzir, cinco, seis, sete, oito, dez impostos — afirmou Guedes.

O ministro participou de uma reunião sobre a reforma tributária no Palácio do Planalto e deu a declaração ao lado do relator da proposta, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

O cenário traçado pelo ministro é mais abrangente que os planos que têm sido mencionados até agora pela equipe econômica, nos quais o novo imposto seria usado apenas para compensar a perda de arrecadação causada pela desoneração da folha de pagamento — um desejo da equipe econômica desde o ano passado.

Os estudos iniciais indicam uma alíquota de 0,2% sobre transações eletrônicas — como transferências e pagamentos digitais — que renderia uma arrecadação de R\$ 120 bilhões por ano. Esse valor seria suficiente para acabar com a contribuição previdenciária que incide sobre salários nos contratos de até 1,5 salário mínimo.

Guedes não especificou qual seria o cenário em que a arrecadação do novo tributo seria suficiente para gerar uma arrecadação ainda maior, mas afirmou que "muita coisa pode ser feita" se contribuintes que não pagavam passarem a recolher pelo novo sistema.

— Se houve uma base ampla nova, ela permite extinguir vários impostos, fogão, geladeira, máquina de lavar roupa, aumentar a faixa de isenção, muita coisa pode ser feita se nós conseguimos uma base ampla que tribute quem não pagava antes e permita pagar menos aqueles que já pagavam. Quando todos pagam, todos pagam menos. É isso que nós queremos fazer nessa reforma — afirmou Guedes.

Segundo o ministro, o novo modelo — que é alvo frequente de críticas por ser comparado à extinta CPMF — é mais adequado para tributar a chamada economia digital. Hoje, os projetos de reforma tributária na Câmara se concentram na criação de um imposto sobre valor agregado (IVA).

— Tem uma enorme economia em crescimento, uma economia digital, nova, surgindo. E o IVA era um imposto que pegava antes a indústria. Foi desenvolvido em meados do século passado para atingir a indústria. Ele também serve, porque nós estamos botando uma alíquota única para serviços também, mas ele foi melhor desenhado para a indústria — afirmou o ministro.

O relator da reforma tributária afirmou que existe convergência sobre a necessidade de simplificar o pagamento de impostos, aumentar a transparência e distribuir a carga.

— Eu diria que o primeiro capítulo do relatório seria: não haverá aumento de carga tributária. Isso seria fundamental para que nós possamos ter uma reforma que vá impactar positivamente o nosso país. Todos desejamos ter um sistema que possibilite melhorar o ambiente de negócios, confiança no nosso país, que traga segurança jurídica, estabilidade, e que isso gere um impacto no nosso PIB, que é o que todos nós desejamos — afirmou.

A primeira parte da reforma tributária do governo foi entregue na semana passada, e trata apenas da unificação dos tributos federais PIS e Cofins, criando a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12%. O setor de serviços tem reclamado desse modelo, que aumenta a carga para essas atividades.

O ministro afirmou que discute com estados a inclusão de tributos locais, como o ICMS, na base. Guedes pretende mandar as outras etapas da reforma em agosto. Elas vão incluir mudanças no IR

de empresas e pessoas físicas, IPI, desoneração da folha de pagamento das empresas e a criação do imposto sobre pagamentos.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 29/07/2020

## TETO DE GASTOS ESTÁ 'NO CORAÇÃO E NA CABEÇA' DE GUEDES E EQUIPE, DIZ SECRETÁRIO DO TESOURO

Economia é pressionada por integrantes do governo para aumentar despesas

Por Manoel Ventura



[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24490876-2ca-fee/FT1086A/652/x88485639\\_Bruno-Funchal-diretor-de-programa-do-Ministerio-da-Economia-e-futuro-secretario-do-Teso.jpg.pagespeed.ic.YkOolz4s .jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24490876-2ca-fee/FT1086A/652/x88485639_Bruno-Funchal-diretor-de-programa-do-Ministerio-da-Economia-e-futuro-secretario-do-Teso.jpg.pagespeed.ic.YkOolz4s .jpg)

*O secretário do Tesouro, Bruno Funchal, que vê um custo alto nas tentativas de burlar o teto de gastos Foto: Edu Andrade / Ministério da Economia*

BRASÍLIA — Num momento em que aumentam as pressões dentro do próprio governo para aumentar os gastos públicos como saída para a pandemia, o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, negou a intenção da equipe econômica de fazer qualquer alteração no teto de gastos. Ele afirmou, em entrevista ao GLOBO, que a regra que impede o crescimento das despesas da União acima da inflação está no “coração e na cabeça” do ministro da Economia, Paulo Guedes, e da equipe.

— A principal mensagem é que o teto, esse comando, essa regra fiscal, está no coração e na cabeça do ministro e da equipe econômica. O ministério todo é muito convergente em relação a isso. Manter o teto é mais importante que qualquer ação que a gente venha a fazer — disse Funchal.

Nas últimas semanas, o teto de gastos tem sido questionado dentro do governo. A regra impõe um limite para as despesas da União. Como as despesas obrigatórias (como salários e aposentadorias) sobem mais que a inflação, a equipe econômica acaba forçada a reduzir o volume de dinheiro disponível para investimentos para cumprir a regra que limita as despesas federais.

Como o GLOBO mostrou nesta terça-feira, ministros de diversas áreas têm pressionado para aumentar os gastos no próximo ano. O secretário do Tesouro afirmou que é um custo muito alto gastar, por exemplo, R\$ 10 bilhões em obras públicas, porque isso pode aumentar os juros e afugentar investidores.

— Eu entendo que os outros ministérios queiram fazer ações. Mas a gente tem que ter o direcionamento principal, que é esse (a manutenção do teto). “Ah, vou ter a possibilidade de gastar R\$ 10 bilhões”. Você faz isso a que custo? Ao custo dessa turbulência, que faz com que os juros subam e o investimento privado se retraia. Por causa de um pouquinho de investimento público? Não faz o menor sentido econômico — afirmou.

O teto é a principal âncora fiscal do país hoje. Segundo Funchal, ele possibilitou a redução dos juros, gerando efeitos no investimento privado e na geração de empregos.

— É muito importante a gente deixar muito claro que é uma regra constitucional, mas é muito mais que isso. Ele traz benefícios para a sociedade. Antes do teto a gente tinha juro de 14%, inflação chegou a 10%. Por conta da regra do teto, teve redução nos juros. Antes da pandemia os juros vieram para 4%. Tem projetos de investimentos que têm retornos de 10%, 12%, que antes eram inviáveis. É mais caro que o funding deles. Hoje eles são viáveis. Tem muitos projetos que começam a ser executados a partir da queda de juros, que é resultado do teto — afirmou.

Neste ano, as despesas para combater a pandemia estão sendo feitas fora do teto. Mas em 2021 tudo voltará a ser regido pela regra. Até a meta de resultado das contas públicas é variável no próximo ano. Ou seja, sem o teto, o país ficaria praticamente sem regra fiscal, o que não é bem visto por agentes econômicos e por investidores.

— O teto ancora as expectativas dos agentes econômico, dos investidores, de todo mundo. A gente consegue verificar os efeitos positivos dessa regra fiscal nos juros. Quando tem efeito positivos nos juros, tem efeito positivo na atividade econômica e na geração de emprego e renda. Esse é o argumento econômico para a manutenção do teto. Além de ser um comando constitucional — afirmou, acrescentando:

— Quem direciona a política econômica é o presidente e o ministro. E tem muito claro nesse direcionamento que a nossa base fiscal é o teto.

Funchal afirmou que o Ministério da Economia é contra qualquer tipo de consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) que seja feita com o objetivo de burlar o teto de gastos. Isso chegou a ser cogitado na semana passada, mas depois o governo recuou. Ele classificou como “ruído” a proposta do Fundeb (fundo da educação básica) que previa transferência de renda para a primeira infância fora do teto de gastos, o que gerou críticas à equipe econômica.

— O governo sempre teve como direcionamento, na área de educação, a primeira infância. O maior retorno de educação é primeira infância, e queríamos aproveitar o Fundeb para colocar dinheiro na primeira infância. Só que não ficou claro como iria fazer isso. Isso tinha a ver com o Fundeb, nada com fugir do teto — disse.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 29/07/2020*

## **CÂMARA ACELERA TRAMITAÇÃO DE PROJETO DO NOVO MARCO DO GÁS**

Proposta deve ser votada em agosto, segundo Maia

*Por Bruno Góes*



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24226965-723-1ee/FT1086A/652/xAAJAvHP.jpg.pagespeed.ic.sNaDVMVcXa.jpg>

*Termelétrica a gás natural Foto: Reuters*

BRASÍLIA — A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira um requerimento que acelera a tramitação de um projeto que cria um novo marco para o gás natural. A proposta é uma das principais apostas do governo e do ministro da Economia, Paulo Guedes, para a recuperação econômica pós-

pandemia.

Durante a discussão do assunto, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o plenário deve analisar o mérito em agosto.

A iniciativa tem o objetivo de baratear o gás e quebrar o monopólio da Petrobras no setor. Apesar da resistência da oposição, o requerimento em questão, um pedido de urgência apresentado pelo partido Novo, foi aprovado. A modernização da legislação conta com o apoio do presidente da Câmara.

— Eu peço ao líder do governo para que preste atenção e dialogue com os partidos que têm uma posição divergente para que se tente aprimorar ainda mais o texto da Comissão Mista, da Comissão de Minas e Energia, no mínimo em duas semanas. Se precisar de três ou quatro semanas, não será problema. Não são duas semanas a mais ou a menos que vão criar óbice a qualquer novo investimento no setor de gás no Brasil — disse Maia.

Segundo o líder do Novo, Paulo Ganime (RJ), que apresentou o requerimento, a intenção é tentar manter as principais diretrizes do texto.

— Estou confiante que a gente vota no mês de agosto — diz Ganime.

Guedes espera promover o que chamou de “choque de energia barata” para incentivar projetos industriais a partir do gás natural. Além do novo marco regulatório, está em andamento o processo de saída da Petrobras de áreas como distribuição e transporte de gás no país por meio da venda de negócios da estatal.

**Fonte : O Globo - RJ**

**Data : 29/07/2020**

## **PLATAFORMA DA PETROBRAS NO CAMPO DE BÚZIOS TEM SETE CONTAMINADOS PELA COVID-19**

Estatal diz que não houve cancelamento de embarques ou desembarques por conta dos infectados. Os trabalhadores que testaram positivo foram afastados

**Por Ramona Ordoñez**



<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/245556-40-6d5-d1c/FT1086A/652/xP-77-andre-ribeiro-agencia-petrobras.jpg.pagespeed.ic.OeQD5TiugB.jpg>

**Plataforma P-77 da Petrobras no campo de Búzios registrou sete trabalhadores com Covid-19 Foto: Sindipetro**

RIO - Sete trabalhadores da plataforma P-77 da Petrobras testaram positivo para a Covid-19. Segundo relatos, todos os voos previstos no fim de semana para a unidade, localizada no campo

gigante de Búzios, na Baía de Santos, foram cancelados.

Uma equipe médica embarcou no último sábado para testar os 129 trabalhadores, próprios e terceirizados. Os sete trabalhadores infectados e um outro sob suspeita foram desembarcados.

O coordenador da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), que reúne cinco sindicatos da categoria, incluindo o Sindipetro-RJ, Eduardo Henrique Soares da Costa, explicou que na quinta-feira passada a Petrobras havia comunicado que aumentaria de forma gradual o contingente do pessoal operacional nas plataformas, começando com um piloto nas quatro unidades do campo de Búzios, P-74, P-75, P-76 e P-77.

- Nós temos denunciado há muito tempo a situação crítica dos trabalhadores em plataformas. A Petrobras não dá as informações claras sobre a situação dos embarcados, quantos contaminados, quantos curados. A Petrobras fez um piloto nas plataformas de Búzios, para retomada do efetivo total em todas as unidades, o que na realidade já está sendo feito.

Segundo ele, no caso da P-77, a estatal demonstrou que perdeu o controle da contaminação na unidade e foi obrigada a fazer lockdown.

O diretor do Sindipetro-RJ André Bucaresky destacou que a Petrobras nunca operou as plataformas com efetivo mínimo de 50%, e já nas últimas semanas a companhia vinha aumentando gradativamente o número de trabalhadores embarcados.

- Algumas plataformas já estão com contingente alto e há algum tempo a Petrobras vem aumentando esse contingente sem negociar com os sindicatos. E a ordem é produzir o máximo possível, "esgarçando" a força de trabalho lá dentro que já está muito desgastada. A companhia não quer perder nenhuma gota de produção de petróleo - destacou André.

A Petrobras informou que tem 187 empregados com confirmação para Covid-19, de um total de 45.403 empregados. Deste total, 51 são assintomáticos e foram identificados no processo de triagem, que é feito antes de entrarem nas unidades. Todos são orientados a cumprir isolamento e passam a ser monitorados pelas equipes de saúde.

Na semana passada a companhia anunciou que quem fosse embarcar para as plataformas de Búzios a partir do último dia 27 teria uma nova rotina de pré-embarque, como a realização do exame RT-PCR, que identifica a presença de material genético do vírus, o que posteriormente será adotado nas demais unidades.

Sobre a P-77, a Petrobras informou que não teve embarques e desembarques suspensos por conta de casos de Covid-19. "Os embarques foram reprogramados, de forma planejada, em virtude da adoção de novo procedimento de testagem nas plataformas de Búzios, e ocorrerão somente após os resultados dos testes pré-embarque", ressaltou a estatal em nota.

De acordo com dados disponíveis da Agência Nacional do Petróleo (ANP), até o dia 21 de julho não havia nenhum trabalhador embarcado contaminado. Até aquela data, foram registrados 1.483 casos de contaminação entre os trabalhadores em plataformas desde o início da pandemia, e 1.486 recuperados.

- A Petrobras reduziu pessoal na plataforma, mas nunca foi de 50%, e agora já a algum tempo está retomando o esquema quase que normal, deixando apenas algumas pessoas de grupo de risco em casa. Além disso, quem é de fora do Rio ficará três dias antes de embarcar em um hotel - destacou André Bucaresky.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 29/07/2020*

## **LICITAÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO DE ANGRA DOS REIS ESTÁ PREVISTA PARA O DIA 15 DE AGOSTO**

Obra é necessária para que espaço, que hoje só recebe aviões de pequeno porte, possa permitir voos comerciais com até 50 passageiros

*Por Paulo Cappelli*



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24555690-386-010/FT1086A/652/xangra.jpeg.jpg.pagespeed.ic.bzIK-FyEw0.jpg>

*Aeroporto de Angra dos Reis Foto: Divulgação*

BRASÍLIA — A licitação para a ampliação da pista do aeroporto de Angra dos Reis está prevista para o próximo dia 15 de agosto e será feita pelo Ministério da Infraestrutura. A obra é necessária para que o espaço, que hoje só recebe aviões de pequeno porte, possa permitir

voos comerciais de bimotores com capacidade para até 50 passageiros.

"Vamos começar a transformar a Angra na Cancun brasileira, promovendo o turismo. Vamos aumentar a capacidade de estacionamento de aeronaves e ter mais 300 metros de pista. Saindo de uma pista de 900 metros para uma pista de 1.200 metros. Em vez operar só aeronave pequenas, poderemos operar aeronaves maiores, como ATR 42", disse o ministro Tarcísio de Freitas durante um sobrevoo em Angra dos Reis, neste sábado (25), ao lado do senador Flávio Bolsonaro e do prefeito de Angra, Fernando Jordão.

O valor previsto para as obras é de R\$ 29 milhões, e os recursos são oriundos do Fundo Nacional de Aviação Civil.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 29/07/2020*

## **PRONAMPE: CÂMARA APROVA CRÉDITO EXTRA DE R\$12 BI PARA PEQUENA EMPRESA**

Um acordo entre o governo e a Câmara ainda vai remanejar R\$ 5 bilhões para crédito via maquininhas para MEIs e pequenos negócios

*Por Gabriel Shinohara*

BRASÍLIA — A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira a Medida Provisória (MP) 944 que disponibiliza financiamento de salários de pequenas e médias empresas. O texto sofreu mudanças no Congresso e passou a redirecionar R\$ 12 bilhões para o Programa de Apoio às Empresas de Porte Pequeno (Pronampe). O projeto vai para sanção presidencial.

Inicialmente, o Tesouro Nacional disponibilizou R\$ 34 bilhões para o projeto de financiamento de salários. Desse montante, o Congresso, em acordo com o governo, remanejou R\$ 12 bilhões para o Pronampe.

Um acordo entre o governo e o relator ainda direciona outros R\$ 5 bilhões para o programa de crédito via maquininhas de cartão para MEI e pequenas empresas.

Com isso, o programa que financia salários fica com R\$ 17 bilhões, dos quais R\$ 4,5 bilhões já foram concedidos.

A linha para pagamento de salários teve pouca procura dos empresários, que reclamaram das restrições e condições do financiamento. A situação é diferente no Pronampe, que em pouco mais de um mês concedeu praticamente todo o recurso que estava disponível.

No Pronampe, o Tesouro Nacional aportou R\$ 15,9 bilhões no Fundo Garantidor de Operações (FGO), que passou a ter a capacidade para garantir até R\$ 18,7 bilhões. Desse montante, R\$ 18,6 bilhões foram concedidos.

O redirecionamento foi incluído no projeto pelo senador Omar Aziz (PSD-AM), relator no Senado, onde o projeto foi aprovado na segunda semana de junho e mantido pelo relator na Câmara, o deputado Zé Vitor (PL-MG).

### **Receita acima de R\$ 360 mil**

O deputado Zé Vitor rejeitou outra mudança no texto feita pelos senadores. O trecho incluía empresas com receita inferior a R\$ 360 mil no programa de pagamento de salários. Além disso, também excluía empresas com faturamento anual entre R\$ 10 milhões e R\$ 50 milhões.

Com isso a rejeição desta emenda, as empresas que poderão ser atendidas são as que têm faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 50 milhões.

Segundo o relator, essa alteração foi feita porque o Pronampe já atende as empresas com faturamento inferior a R\$ 360 mil.

### **MP 944**

A MP 944 foi anunciada pelo governo no início de abril entre as ações para combater as consequências econômicas da pandemia. Como passou a valer naquela ocasião, bancos já oferecem essa modalidade de financiamento.

Na época, a intenção era disponibilizar uma linha de crédito mais barata para pequenas e médias empresas passarem pelo período da pandemia. O empréstimo tem carência de seis meses para o pagamento da primeira parcela, prazo de 30 meses e taxa de juros prefixada em 3,75% ao ano.

Já na Câmara, o texto passou por alterações que foram apoiadas pelo governo, como o aumento do escopo das empresas que poderiam ser atendidas. No projeto original, o teto de faturamento era de R\$ 40 milhões e foi expandido para R\$ 50 milhões.

Os deputados também ampliaram de dois para quatro meses de salários que poderiam ser pagos pelo financiamento. Além disso, as empresas poderão aderir ao programa até dia 31 de outubro.

Ao chegar ao Senado, os parlamentares, em conjunto com o governo, decidiram redirecionar parte dos recursos para o Pronampe, que estava tendo mais sucesso do que o financiamento de salários. Além disso, restringiram novamente o escopo de atendimento para pequenas empresas.

Outra alteração feita no Senado prevê que o BNDES, operador do financiamento de salários, devolva a partir de 30 de setembro, 50% dos recursos que não forem repassados para as instituições financeiras em caso de solicitação da União.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 29/07/2020*

## **O ESTADO DE S. PAULO**

### **O ESTADO DE SÃO PAULO - SP**

#### **PETROBRAS DIZ QUE DESEMBARQUES DA P-77 ESTÃO NORMAIS E QUE REPROGRAMOU EMBARQUES**

A Petrobras informou que apenas os embarques foram suspensos para a plataforma P-77, no campo de Búzios, na bacia de Santos, por causa da contaminação de covid-19 em trabalhadores da unidade, mas ressaltou que os desembarques vêm ocorrendo normalmente. “Os embarques foram reprogramados, de forma planejada, em virtude da adoção de novo procedimento de testagem das plataformas e Búzios, e ocorrerão somente após o resultado dos testes pré-embarque.

Na segunda-feira, sindicalistas informaram ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) que embarques e desembarques da P-77 haviam sido suspensos por causa da contaminação em sete trabalhadores da plataforma P-77, uma das quatro instaladas no campo de Búzios, considerado um dos mais promissores do pré-sal.

A interrupção teria ocorrido para que uma equipe médica subisse à plataforma para testar todos os colaboradores do local. A Petrobras confirmou os testes.

“Após a fase de avaliação, em Búzios, o procedimento será expandido para as outras plataformas, depois de análise para aumento do efetivo presencial. O novo procedimento será implantado gradualmente, de acordo com a capacidade de atendimento do mercado em relação a insumos e serviços especializados para testagem, tendo sempre por prioridade a saúde dos colaboradores”, informou a Petrobras em nota.

O aumento gradual e seguro do contingente a bordo das plataformas tem como principal objetivo possibilitar a realização de intervenções periódicas para manutenção da integridade e eficiência das unidades, afirmou a Petrobras.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 29/07/2020*

#### **EMBRAER TROCA PARTE DA DIRETORIA E TENTA SE REESTRUTURAR PARA ENFRENTAR PANDEMIA**

Quatro vice-presidentes foram mudados em junho e engenheiros temem demissões; depois da conclusão de grandes projetos, quase metade desses profissionais está parcialmente ociosa

*Por Luciana Dyniewicz, O Estado de S.Paulo*

Após sofrer um revés na compra pela Boeing e em meio à maior crise da história da indústria da aviação, a Embraer está se reestruturando para tentar sobreviver aos dois golpes que levou no primeiro semestre. No topo da hierarquia da empresa, as mudanças começaram em junho, com a

substituição de quatro vice-presidentes e um diretor. Entre os engenheiros, o clima é de tensão com a possibilidade de que os cortes comecem a ser feitos em outros níveis.

Antes mesmo da crise decorrente da pandemia, que paralisou o setor aéreo, a empresa já tinha quase metade de seus 5 mil engenheiros parcialmente ociosos, segundo apurou o Estadão. Com grandes projetos concluídos recentemente, como os desenvolvimentos do cargueiro militar C-390 Millennium e da família de aviões comerciais E2, a demanda pelo trabalho desses profissionais despencou internamente.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/3/1/1595991970913.jpg>

*Empresa havia aportado R\$ 120 mi em uma nova sede, pois antiga ficaria com Boeing. Meta agora é cortar custos e tentar ganhar sinergia. Foto: Taba Benedicto/Estadão*

Já era esperado que, após a conclusão da venda da divisão de aviões comerciais para a Boeing, a Embraer enxugasse o quadro de funcionários. Quando o atual presidente da companhia, Francisco Gomes Neto, teve seu nome anunciado para o cargo, 15 meses atrás, os comentários no mercado apontavam que ele teria como meta tornar a Embraer mais eficiente, reduzindo todos os gastos possíveis, o que implicaria em demissões.

A tarefa do executivo, porém, se tornou mais árdua com a desistência da compra de parte da empresa pela Boeing e com a crise do coronavírus. Em meio à pandemia, as vendas de aviões devem despencar em 2020 e, segundo especialistas, não vão se recuperar em menos de três anos. No primeiro semestre, a brasileira entregou 31 aeronaves; no mesmo período de 2019, haviam sido 73.

Como se não bastasse, a fabricante de aviões gastou, no ano passado, R\$ 485,5 milhões para separar a unidade de negócios que iria para a Boeing. Com o acordo desfeito, a prioridade agora é economizar.

Para isso, a empresa já suspendeu contratos, reduziu jornadas de trabalho e lançou um Programa de Demissão Voluntária (PDV) que não foi aceito pelos sindicatos.

Procurada, a Embraer afirmou que, desde o início da pandemia, tem realizado “esforços para preservar os empregos, como concessão de férias coletivas, redução de jornada, suspensão de contratos, licença remunerada e um Programa de Demissão Voluntária”. Em nota, disse ainda que continuará implantando “medidas para manter os talentos e competências em todo o ciclo produtivo ao mesmo tempo em que buscará sinergias para se adequar à nova realidade do mercado global”.

### **Simplificação**

Antes mesmo de Gomes Neto chegar ao comando da empresa, a consultoria McKinsey foi contratada, em 2017, para reorganizar a Embraer. O diagnóstico da consultoria apontou a necessidade de simplificar a Embraer e eliminar vice-presidências, programa que foi parcialmente cumprido à época.

Internamente, os engenheiros eram considerados praticamente intocáveis. A ala mais ligada aos egressos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), no entanto, vem perdendo espaço na cúpula da companhia. A situação do mercado faz também com que seja muito difícil os engenheiros resistirem à reestruturação. Por causa da pandemia, a Boeing já anunciou que demitirá 16 mil empregados. Na Airbus, o corte será de 15 mil funcionários, ou 10% do quadro. Até agora, só a Embraer não divulgou planos de desligamentos.

O presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, Murilo Pinheiro, afirma que tem acompanhado as discussões de redução de jornada e suspensão de contratos, mas que a entidade optou por não discutir o PDV por considerar a proposta “irrisória”. “Era basicamente uma demissão”, diz Pinheiro. A oferta era um pagamento de 10% do salário por ano trabalhado.

Com as conversas travadas com o sindicato, a companhia tem, por enquanto, desenvolvido um projeto semelhante ao que a McKinsey havia traçado no passado, simplificando sua estrutura e tentando ganhar eficiência. Departamentos que haviam sido duplicados, dado que um ficaria na Embraer remanescente e outro iria para a Boeing, estão sendo unificados novamente – o que também abre espaço para demissões.

A tarefa, porém, é longa. Funcionários têm trabalhado, ao mesmo tempo, com sistemas de gestão empresarial diferentes, pois, em janeiro, eles haviam sido separados, conforme era necessário para a conclusão da venda para a Boeing.

### **Futuro**

A esperança de alguns desses funcionários é que novos projetos saiam do papel nos próximos meses, ampliando a demanda por seus trabalhos e revertendo a necessidade de demissão. A companhia já comentou a possibilidade de criar um avião comercial turboélice voltado para o mercado regional e, no fim do ano passado, assinou com a Força Aérea Brasileira (FAB) um memorando de entendimento para estudar uma nova aeronave leve de transporte militar.

Ainda que os projetos sejam tocados adiante, o número de engenheiros necessários para desenvolvê-los é pequeno quando comparado ao que foi preciso para criar o C-390 Millennium ou os E2. A possibilidade de a crise do coronavírus alavancar a venda de aviões comerciais menores, como os da Embraer, também é vista com reticência, dado o grande volume de aeronaves usadas desse modelo disponíveis hoje no mercado.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 29/07/2020*

## **GOVERNO TENTA ACELERAR MUDANÇAS NA LEI DE FALÊNCIAS E NAS REGRAS DO SETOR DE GÁS**

Após entregar proposta de reforma tributária, equipe econômica busca avançar com projetos que melhorem o ambiente de negócios no pós-pandemia; expectativa é que textos sejam votados em agosto

*Por Idiana Tomazelli e Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - Após enviar a primeira parte de sua proposta de reforma tributária, a equipe econômica pretende avançar no Congresso com reformas estruturais para tentar melhorar o ambiente de negócios no pós-pandemia. A lista inclui projetos que desde antes da covid-19 já estavam entre as prioridades acertadas com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), como a nova lei que pretende baixar o preço do gás em 40% e o texto que altera a Lei das Falências para dar maior agilidade aos processo de recuperação judicial no País.

No caso da recuperação judicial, a avaliação da área econômica é que as mudanças serão cruciais no período de retomada pós-pandemia, para evitar que o patrimônio de uma empresa em dificuldade perca o valor, prejudicando o remanejamento e o pagamento de suas obrigações e, conseqüentemente, atrapalhando a recuperação do crescimento.

A estimativa da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, é que 3.513 empresas podem entrar em recuperação judicial nos próximos meses, dada a severidade da crise do novo coronavírus. O número é três vezes maior que o esperado num cenário sem choques. Mas os próprios técnicos admitem que o cálculo pode estar subestimado, uma vez que pequenos empresários não chegam a formalizar um pedido de falência – muitos simplesmente fecham as portas.

“As micro e pequenas empresas são 97% no Brasil. Elas simplesmente vão lá e fecham as portas, então olhar falência hoje não ajuda a entender (o impacto da) covid. Nossa previsão é concentrada em médias e grandes empresas”, explica o subsecretário de Política Fiscal do Ministério da Economia, Erik Figueiredo.

O estudo também mostra o risco de 271 mil empresas ficarem inadimplentes com suas obrigações de rotina, um número quatro vezes maior que no cenário sem crise.

O problema, segundo o diagnóstico da equipe econômica, é que o formato atual da recuperação judicial não funciona no Brasil. A duração média de um processo concluído de falência é de 6,7 anos, mas metade fica aberta por 13 anos. Dentre os processos iniciados e ainda não encerrados, o mais antigo tinha 36,3 anos na data do último levantamento, feito em 2014.

Além disso, os ativos de uma empresa que ingressa com processo de recuperação judicial ou falência costumam ter uma perda de 51% no valor médio durante o processo. Na prática, é menos patrimônio que pode ser convertido em recursos para sanar as obrigações pendentes da empresa.

“Imagine uma impressora que hoje é moderna. Depois de 13 anos, ela não tem valor nenhum”, explica Figueiredo. “O capital tem uma vida útil, e agilizar essa realocação evita um calote generalizado”, diz. Outro exemplo, segundo o subsecretário, seria o de uma empresa que quando ingressou com pedido de recuperação judicial tinha acabado de comprar um aparelho de DVD – instrumento que alguns anos depois já está em obsolescência. “O estudo é um alerta de que precisamos tomar decisões rápidas”, afirma Figueiredo.

### **Projeto de lei**

O relator do projeto de lei que altera a Lei de Falências, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), afirmou ao Estadão/Broadcast que a ideia é votar a matéria no plenário da Câmara dos Deputados na primeira quinzena de agosto. Segundo ele, a previsão foi dada pelo presidente da Casa na semana passada.

Após a proposta enviada em 2018 pelo ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles não avançar no Congresso e gerar polêmica entre as empresas, o novo texto é encarado como mais consensual e equilibrado. Essa qualidade é atribuída, em parte, ao grupo de trabalho que funcionou junto à pasta comandada por Paulo Guedes e contou com a participação de magistrados, juristas, advogados e procuradores, além do relator. Durante a construção do texto, entidades representativas como o Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Febraban também foram ouvidas pelo deputado.

O projeto traz inovações consideradas importantes pelo setor empresarial, como a melhora nas condições do pagamento de dívidas com a Fazenda Nacional, regras para a recuperação transnacional (em que uma mesma empresa tem operações em diferentes países, com etapas que se complementam) e a regulamentação do financiamento de empresas em recuperação judicial. A ideia também é incluir o conceito do ‘fresh start’ (rápido recomeço) para tornar mais dinâmico o processo de falência. O objetivo é permitir que as empresas em recuperação judicial fechem seus negócios ou os repassem a terceiros e se livrem rapidamente das dívidas. Hoje, a Lei de Falências proíbe o falido de exercer qualquer atividade empresarial a partir da decretação da falência, à sentença que extingue suas obrigações.

Tratado como crucial, o novo cenário para o pagamento de dívidas com a Fazenda Nacional veio com a possibilidade de parcelamento dos valores em até 120 prestações mensais. Além disso, o texto traz para a legislação de recuperação e falência a chamada transação tributária, que é uma espécie de negociação da dívida com o Fisco.

Outro destaque é o capítulo que regulamenta os contratos de financiamento para as empresas em recuperação judicial. Hoje há uma lacuna sobre o tema, o que torna os empréstimos arriscados e cercados de insegurança jurídica. O PL tenta resolver essa questão ao prever regras para o contrato e também classificar que os valores emprestados têm preferência de pagamento entre os créditos extraconcursais (que não entram na recuperação judicial), em caso de falência.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 29/07/2020*

## **CÂMARA APROVA URGÊNCIA PARA NOVO MARCO DO GÁS**

Projeto é base do programa lançado pela União ao abrir o mercado para novas empresas

*Por Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - Por 323 votos a favor e 113 contra, a Câmara aprovou a urgência para a tramitação do projeto da Lei do Gás. Isso significa que a proposta terá prioridade nas votações da Casa e a expectativa é que o texto seja apreciado nas próximas duas semanas.

Como mostrou o Estadão, a nova lei pode destravar investimentos da ordem de R\$ 43 bilhões, segundo os cálculos do governo. O projeto é base do programa lançado pela União ao abrir o mercado para novas empresas. A queda de custo deve atingir principalmente os principais consumidores do gás natural – a indústria e o setor de energia termelétrica. Mas a expectativa do governo é que essa redução seja repassada ao consumidor final.

Há praticamente consenso em relação ao teor do texto, já aprovado, em outubro do ano passado, na Comissão de Minas e Energia da Câmara, sob relatoria do deputado Silas Câmara (Rep-AM). Escolhido para relatar a proposta no plenário pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o deputado Laércio Oliveira (PP-SE) disse que vai manter o texto na íntegra. "O projeto é uma construção conjunta e já venho trabalhando nisso desde 2019. Minha intenção é blindar o texto, que foi fruto de muita conversa", afirmou.

A oposição, no entanto, foi contra a aprovação da urgência.

O Ministério de Minas e Energia (MME) diz que o texto reflete o consenso no setor, consolida boas práticas regulatórias, traz segurança jurídica, estabelece tratamento isonômico a todas as empresas e destrava investimentos em infraestrutura essenciais à expansão do mercado. Produtores, transportadores e consumidores defendem a proposta, mas há pressão das estatais estaduais por mudanças.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 29/07/2020*

## **MARCO DO GÁS PODE DESTRAVAR INVESTIMENTOS DE R\$ 43 BILHÕES AO SETOR**

Câmara prepara votação do plano de novo mercado de gás um ano após lançamento; entidades do setor comemoram o projeto, mas pedem por mais comprometimento do governo

*Por Anne Warth, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - Um ano depois de lançado pelo governo, o plano Novo Mercado de Gás deve ser votado pela Câmara dos Deputados nos próximos dias e pode destravar investimentos da ordem de R\$ 43 bilhões, segundo os cálculos do governo. Apesar do avanço de algumas medidas no âmbito federal, o prometido "choque de energia barata", do ministro da Economia Paulo Guedes, ficou longe do objetivo de baixar o preço do gás natural em 40%, pois ainda sofre resistências nos Estados e distribuidoras locais.

O governo pretende garantir acesso de empresas privadas à infraestrutura de escoamento e transporte de gás natural (usado como combustível no transporte e nas usinas termelétricas, bem como fonte de energia em casas, fábricas e estabelecimentos comerciais, além de poder ser convertido em ureia, amônia e outros produtos usados como matéria-prima em diversas indústrias).

Hoje, o projeto terá um pedido de urgência avaliado pelos deputados. Se aprovado, os parlamentares passam a tratar com prioridade o tema, que é base do programa lançado pela União ao abrir o mercado para novas empresas. A queda de custo deve atingir principalmente os principais consumidores do gás natural – a indústria e o setor de energia termelétrica. Mas a expectativa do governo é que essa redução seja repassada ao consumidor final.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/5/8/1595991310985.jpg>

*Com o projeto, setor privado deve ter acesso ao transporte de gás natural. Foto: Lorival Barbosa Júnior*

Há praticamente consenso em relação ao teor do texto, já aprovado, em outubro do ano passado, na Comissão de Minas e Energia da Câmara, sob relatoria do deputado Silas Câmara (Rep-AM). Escolhido para relatar a proposta no plenário pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o deputado Laércio Oliveira (PP-SE) disse que vai

manter o texto na íntegra. "O projeto é uma construção conjunta e já venho trabalhando nisso desde 2019. Minha intenção é blindar o texto, que foi fruto de muita conversa", afirmou.

O Ministério de Minas e Energia (MME) diz que o texto reflete o consenso no setor, consolida boas práticas regulatórias, traz segurança jurídica, estabelece tratamento isonômico a todas as empresas e destrava investimentos em infraestrutura essenciais à expansão do mercado. Produtores, transportadores e consumidores defendem a proposta, mas há pressão das estatais estaduais por mudanças.

### **Associações**

O secretário-executivo de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Luiz Costamilan, avalia que o texto em análise na Câmara é o "projeto possível". "Vemos a proposta como o projeto possível, que permite que a gente avance para um mercado de gás natural que seja competitivo, em que se estabelece competição na oferta, na comercialização e ao mesmo tempo, preserva integralmente a exclusividade dos Estados com relação aos serviços locais de gás canalizado", diz.

O presidente-executivo da Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto (ATGÁS), Rogério Manso, afirma que o projeto é resultado de anos de discussão entre todos os agentes. "É um projeto de alta qualidade, que não nasceu no vácuo. É claramente reflexo de uma grande maioria da indústria. Está na hora de aprová-lo", disse. "É uma escolha entre o Brasil de muitos e o Brasil de poucos. O novo mercado de gás é o Brasil do desenvolvimento, dos empregos e da recuperação da economia", compara o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Paulo Pedrosa.

Já a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), que representa as estatais estaduais, quer ajustes na proposta que está em votação e um papel mais ativo do governo no setor. A entidade defende propostas que garantam a demanda, como um plano de universalização do gás natural e um plano para substituir o combustível usado em veículos de transporte de carga e passageiros. A Abegás propõe ainda a realização de leilões para a escolha de termelétricas que funcionariam como "âncoras" no sistema. Nesse modelo, caberia ao governo criar um programa de desenvolvimento de infraestruturas essenciais para custear rotas de escoamento de produção, unidades de processamento e gasodutos de transporte.

### **Grandes consumidores**

Os grandes consumidores são os principais interessados na aprovação da proposta do novo marco de gás. Um grupo de 65 entidades assinou um documento em apoio à proposta, entre eles a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace). Entre os setores que integram o movimento estão as associações de alumínio, cimento, cloro, calçados, máquinas e equipamentos, plástico, confecção, vidro, cerâmica e eletroeletrônicos.

O aumento do custo da energia e do gás levou ao encolhimento da indústria de alumínio no Brasil, afirma o presidente-Executivo da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Milton Rego. A produção de alumínio primário atingiu 650 mil toneladas em 2019, menos da metade da de 2008,

de 1,661 milhão de toneladas, ano do ápice da produção. Ao longo desse período, cinco unidades produtivas foram fechadas e o País se tornou importador. O insumo também é essencial para a reciclagem e para a produção de alumina para exportação.

Segundo a Abal, enquanto no Brasil a indústria paga US\$ 14 por milhão de BTU (unidade térmica britânica, na sigla em inglês), nos EUA, o custo é de US\$ 3, e na Europa, US\$ 7. O alumínio é um dos principais itens da indústria automotiva e alimentícia, bem como da construção civil.

"Energia e gás são importantes para a indústria de forma geral, mas para o setor de alumínio é questão de vida ou morte. E esse custo não está apenas na conta que pagamos, mas dentro dos produtos que consumimos e utilizamos", afirmou Rego. Para o presidente-executivo da Abal, não é momento para discutir alterações na proposta, que é debatida há anos no âmbito do governo e do Congresso. "Qualquer mudança ou projeto novo que surja agora é simplesmente manobra protelatória para adiar a votação. Depois de acompanharmos o projeto por tanto tempo e de tanta discussão, é frustrante observar tentativas de cristalizar uma situação praticamente cartorial no mercado de gás", afirmou.

Segundo maior consumidor industrial de gás natural do País, o setor de cerâmicas de revestimento e louças sanitárias também apoia a proposta em discussão na Câmara. O diretor de Relações Institucionais da Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento (Aspacer), Luís Fernando Quilici, disse que a proposta é importante para impulsionar empregos e investimentos no pós-pandemia. "O projeto traz em seu conteúdo um grande consenso construído arduamente ao longo do tempo", disse ele, que também é consultor da Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres (Anfacer).

O setor representa 6% do PIB da indústria de material de construção e reúne 54 empresas e 71 fábricas em 11 Estados, com geração de 28 mil empregos diretos e 200 mil indiretos. O gás natural representa até 30% dos custos de fabricação de cerâmica. Do total da produção, 12% é exportado, índice que poderia dobrar com a redução de preços, avalia Quilici.

No flanco oposto, as distribuidoras de gás avaliam que o projeto é insuficiente para dar conta dos desafios do setor. Para a Abegás, a proposta estabelece dispositivos que já existem. "O que vai gerar de fato competitividade no setor de gás é acelerar o acesso de outros agentes à infraestrutura essencial existente e criar condições para que os investimentos em infraestrutura aconteçam e o gás do pré-sal chegue ao mercado consumidor com concorrência na oferta", diz a entidade.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 29/07/2020*

**Valor** ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

**VALOR ECONÔMICO (SP)**

**ÁREA DE INFRAESTRUTURA TERÁ 100 LEILÕES ATÉ 2022, DIZ FREITAS**

Ministro prevê "avalanche de dinheiro privado" na economia

*Por Edna Simão — De Brasília 29/07/2020 05h01 Atualizado*

Na tentativa de trazer investimentos estrangeiros, o ministro de Infraestrutura, Tarcísio Freitas, destacou ontem que serão realizados cem leilões somente em sua pasta até o fim do mandato do governo do presidente Jair Bolsonaro. A intenção é atrair investidores estrangeiros com oportunidades consideradas bem estruturadas e com sustentabilidade ambiental.

"Temos o maior programa de concessão do mundo e trará uma avalanche de dinheiro privado na economia. Estou falando em revolução em termos de infraestrutura. Tenho certeza de que o investidor vai entrar porque o Brasil que tem histórico de respeito ao contrato", disse Freitas,

acrescentando que isso está claro ao longo da pandemia de covid-19. “Não rompemos, não rasgamos os contratos.”

No webinar Invest in Brasil Infrastructure, um seminário internacional on-line sobre oportunidades de atração de investimentos para o setor de infraestrutura no Brasil, realizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), o ministro afirmou que 34 projetos de infraestrutura já estão em análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que envolvem investimentos de quase R\$ 60 bilhões, e outros 12 serão encaminhados até o fim do ano e necessitam de R\$ 49 bilhões.

A expectativa dele é que até o fim do ano sejam publicados 44 editais de novos leilões. Deste total, 14 devem acontecer neste ano - casos da Ferrovia de Integração Oeste-Leste na Bahia; leilão das BR-153 (Goiás-Tocantins) e BR-163 (Pará). Outros 30 leilões devem ser realizados no primeiro trimestre do ano que vem, dentre eles o dos blocos de aeroportos e da Nova Dutra. “A gente continua firme na nossa meta de contratar R\$ 250 bilhões de investimento só aqui no Ministério de Infraestrutura”, disse.

Segundo ele, as ferrovias no país serão construídas a partir do processo de renovação de concessões e depois repassadas à iniciativa privada por meio de leilão. “É forma inteligente de fazer ferrovias respeitando os pilares fiscais.” No caso de desestatização de portos, o de Vitória terá consulta pública aberta em outubro, enquanto o de Santos já teve iniciada a reestruturação. Também será aberta consulta pública para oito lotes de rodovias no Paraná.

O ministro de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, que também participou do evento, destacou que, há uma liquidez muito grande no mercado e preocupação para que essa liquidez seja investida onde há previsibilidade, segurança jurídica, respeito a contratos, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e meio ambiente. “Infraestrutura verde é isso que estamos oferecendo”, afirmou.

Ele citou como oportunidades de investimentos o setor de saneamento devido à aprovação do marco regulatório do setor, assim como em projetos de revitalização de bacias hidrográficas. Marinho destacou que estuda modificação nos fundos de desenvolvimento regional para transformá-los em patrocinadores de estruturadores de projetos e que negocia com a Climate Bonds Initiative (CBI) - organização internacional sem fins lucrativos que avalia projetos sustentáveis - para que toda carteira de investimento do ministério seja certificada em relação à questão ambiental, o que permite a emissão de “green bonds”.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 29/07/2020*

## **BR DO MAR DEVE SER ENVIADA AO CONGRESSO NESTA SEMANA**

O projeto do governo também deverá concorrer com um texto apresentado em junho pela senadora Kátia Abreu (PDT-TO)

*Por Taís Hirata — De São Paulo 29/07/2020 05h01 Atualizado*

O governo federal planeja enviar ainda nesta semana ao Congresso Nacional o projeto de lei que altera as normas do mercado de cabotagem. O programa de estímulo ao setor, chamado “BR do Mar”, tem como objetivo desenvolver o modal aquaviário e ampliar sua participação no transporte de cargas do país.

O projeto do governo também deverá concorrer com um texto apresentado em junho pela senadora Kátia Abreu (PDT-TO), que propõe uma abertura ainda maior do mercado

A principal controvérsia da BR do Mar é em relação à necessidade de as empresas terem frota brasileira para poderem arrendar navios estrangeiros. O Ministério da Infraestrutura defende que as empresas só possam recorrer aos navios internacionais caso tenham um lastro em frota nacional, para garantir um volume mínimo de navios na costa do país.

A exigência, porém, tem sido criticada por empresas menores e associações de usuários. Eles alegam que a restrição irá manter a atual concentração do mercado - como as companhias grandes já têm navios nacionais, terão mais facilidade para afretar navios estrangeiros com custos mais baixos. No projeto da senadora, essa queixa foi atendida, e há uma liberação do afretamento sem necessidade de lastro.

Um dos maiores críticos ao projeto federal tem sido Abraão Salomão, sócio da Posidonia (empresa pequena do setor) e diretor da Associação Brasileira dos Usuários dos Portos, de Transportes e da Logística. Para ele, a manutenção da exigência reforça a situação atual. "É um programa em prol dos grandes grupos. Se houver uma liberação, não haverá falta de navios na costa, porque as empresas menores, que são mais de 30, atuam só no Brasil."

Já para a presidente da Mercosul Line, Luiza Bublitz, essa restrição é importante para fazer jus aos investimentos bilionários feitos nos últimos anos pelos grandes operadores, que tiveram que adquirir embarcações nacionais para operar. "Temos uma preocupação de que as condições sigam justas, para não prejudicar justamente as companhias que, nos últimos dez anos, investiram quase R\$ 2 bilhões na cabotagem", afirma.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 29/07/2020*

## **TCU DÁ AVAL À RENOVAÇÃO ANTECIPADA DE CONCESSÕES DE FERROVIAS DA VALE**

Em contrapartida, a Vale terá que construir 383 quilômetros da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) e uma nova linha de Cariacica a Anchieta (ES)

*Por Daniel Rittner, Valor — Brasília*

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu aval, na tarde desta quarta-feira (29), à renovação antecipada das concessões de ferrovias da Vale. O órgão de controle fez determinações e recomendações à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), mas sem impor obstáculos à prorrogação contratual da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) até 2057, como quer o Ministério da Infraestrutura.

Alegando que não estava comprovada a "vantajosidade" da medida para a União, a área técnica do tribunal havia se pronunciado contra a extensão contratual por 30 anos. O relator do processo no TCU, Bruno Dantas, contrariou esse parecer e foi seguido pelos colegas em sessão plenária da corte.

Em contrapartida, a Vale terá que construir 383 quilômetros da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) — entre os municípios de Mara Rosa (GO) e Água Boa (GO) — e uma nova linha de Cariacica a Anchieta (ES). Também vai comprar trilhos para a conclusão das obras de um trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), no interior da Bahia, e da Transnordestina.

***Foi a primeira vez que o TCU analisou um processo de renovação antecipada das concessões de ferrovias com o mecanismo de investimentos cruzados, conforme prevê a Lei 13.448 de 2017, pela qual a empresa pode ser obrigada a construir malhas ferroviárias em outras localidades.***

### **Governo comemora**

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, comemorou a decisão. "É a consolidação de uma solução inovadora de fazer ferrovia no Brasil sem a utilização de recursos públicos. O investimento cruzado, utilizando outorgas de concessões ferroviárias, é uma das principais estratégias do governo federal para dobrar a participação desse modo na matriz de transportes nacional. Estamos mostrando que a restrição orçamentária não será um impeditivo para desenvolvermos a infraestrutura do país", afirmou Tarcísio, por meio de nota.

De acordo com o ministério, os novos contratos preveem investimentos de R\$ 8,5 bilhões na própria EFVM e de R\$ 9,8 bilhões na EFC. Também está calculada a destinação de R\$ 2,73 bilhões à Fico, mas a construção é de total risco da Vale. Se o orçamento estourar, é a mineradora quem teria de arcar pelo acréscimo.

O governo do Pará se opôs a essa equação e uma advogada do Estado chegou a fazer sustentação oral, no plenário virtual do TCU, contra o modelo de investimentos. Segundo ela, o Pará acaba colaborando para ampliar o sistema ferroviário às custas do próprio desenvolvimento de sua logística e o modelo proposto acentua a desigualdade regional. Por isso, pedia que os investimentos fossem feitos em território paraense.

Dantas refutou os argumentos, bem como a análise preliminar da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária, unidade técnica que se opunha à renovação antecipada do contrato. As concessões originais das duas ferrovias expiram em 2027.

"Estão satisfeitos os requisitos legais para a prorrogação antecipada", disse Dantas, em seu voto. "Impugnar a decisão acerca da vantajosidade significa adentrar no mérito da decisão discricionária do poder concedente, devendo ser ponderados outros aspectos, como as consequências práticas, as dificuldades reais enfrentadas pelo gestor, bem como as exigências das políticas públicas a seu cargo."

O relator complementou: "Não me parece apropriado ao TCU fazer essa escolha, substituindo o gestor. Lembro que as consequências desta decisão não recaem sobre este órgão de controle, mas sobre os formuladores e executores da política de transporte ferroviário."

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 29/07/2020*

## GOVERNO ESTÁ DISCUTINDO IVA ACOPLADO COM ESTADOS, DIZ GUEDES

Em entrevista coletiva, ele defendeu reforma tributária ampla, mas sem aumento de impostos

*Por Matheus Schuch, Valor — Brasília 29/07/2020 13h19 Atualizado*

O ministro da Economia, Paulo Guedes, foi ao Palácio do Planalto nesta quarta-feira para falar sobre pontos da reforma tributária já enviada ao Congresso. Ao lado do relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), ele disse que uma das prioridades é tentar alcançar um "acoplamento" do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) em nível federal e estadual e que o assunto está sendo discutido com os governadores.

Em entrevista coletiva, o ministro reforçou que não haverá aumento de impostos no país e garantiu que o governo trabalhará junto com os parlamentares para aperfeiçoar a reforma.



[https://s2.glbimg.com/FZ5Ew5VuYDQjOBPVdN5ce7R3kMc=/0x0:1136x1313/984x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2020/N/w/XFyQpuTGCMACuRtg4gKA/foto06bra-101-guedes-a5.jpg](https://s2.glbimg.com/FZ5Ew5VuYDQjOBPVdN5ce7R3kMc=/0x0:1136x1313/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/N/w/XFyQpuTGCMACuRtg4gKA/foto06bra-101-guedes-a5.jpg)

— Foto: Alan Santos/PR

"Vamos trabalhar juntos. Entramos com o IVA [Imposto Sobre Valor Agregado] federal, já estamos conversando com Estados e municípios para fazer este alinhamento e o que a gente chama de um acoplamento do IVA federal com os estaduais. Ter um IVA integrado é o objetivo que queremos atingir", disse Guedes.

"Estamos muito confiantes em uma reforma ampla. É o primeiro passo, o do IVA. Depois vêm os impostos seletivos, Imposto de

Renda, desoneração de folha. Tudo isso vem aí para frente", acrescentou o ministro.

Segundo ele, diferente do que ocorreu em outras épocas, em que o governo aumentava os gastos para depois aumentar impostos, agora isso não ocorrerá. Guedes, porém, não descarta tributar

serviços que hoje estariam isentos, como novas atividades no meio digital. “Quero dar ênfase a isso que ele [Ribeiro] disse: não queremos aumentar impostos, não vamos aumentar impostos, é uma redistribuição de carga”, pontuou.

“Podemos criar uma base ampla e nova, aí você pode tributar um pouco ali e reduzir o Imposto de Renda, eliminar alguns IPIs [impostos sobre produtos industrializados], reduzir cinco, seis ou dez impostos se tiver uma base que crie uma nova incidência para pessoas que não pagam, sejam pagamentos digitais, toda esta economia nova que está surgindo”, disse Guedes.

O ministro ainda afirmou que há uma “economia digital e serviços crescendo de gente que não paga imposto”.

## Reforma administrativa

Questionado sobre o envio da reforma administrativa, Guedes disse que o texto estava pronto no início do ano e não foi enviado por falta de ambiente político, citando como exemplo as manifestações de rua em diversos países da América do Sul.

O ministro afirmou que o ritmo de discussão e análise de matérias está voltando ao normal no Congresso, mas não quis estimar data para o envio da reforma que modifica regras para serviços públicos.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 29/07/2020*

## ELEVAR A FATIA NA TIETÊ DEMONSTRA CONFIANÇA NO BRASIL, DIZ PRESIDENTE DA AES

“O caminho é que toda a AES se pareça à Tietê”, disse Julian Nebreda

*Por Letícia Fucuchima, Valor — São Paulo*



[https://s2.glbimg.com/c5IR4VmYPQ-lqdBkRcOmUECOBY4=/0x0:3840x2550/924x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2cae4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2020/s/n/Bgoj9RTqqpvDzNhk66XQ/230217aes35.jpg](https://s2.glbimg.com/c5IR4VmYPQ-lqdBkRcOmUECOBY4=/0x0:3840x2550/924x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2cae4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/s/n/Bgoj9RTqqpvDzNhk66XQ/230217aes35.jpg)

*Foto :Claudio Belli/Valor*

A decisão de aumentar a fatia na AES Tietê demonstra a confiança da AES Corporation no Brasil, a

A decisão de aumentar a fatia na AES Tietê demonstra a confiança da AES Corporation no Brasil, afirmou, ao Valor, Julian Nebreda, presidente da unidade de negócios do grupo americano para a América do Sul. “Somos um investidor global, temos oportunidade de colocar dinheiro em qualquer mercado dependendo da necessidade. Para nós, o Brasil é muito importante”, destacou o executivo, que também é presidente do conselho de administração da Tietê e já esteve à frente da geradora renovável, tendo deixado o cargo em 2018.

A AES Corporation assinou, na manhã desta quarta-feira (29), o contrato de aquisição de uma fatia do BNDESPar na Tietê. Com a transação, a empresa americana passa a deter, por meio de suas controladas, 42,9% do capital social da geradora. Já o banco ainda ficou com cerca de 9% da companhia em mãos. A oferta dos controladores da Tietê ao BNDES envolveu um desembolso de R\$ 1,27 bilhão e representou uma derrota à concorrente Eneva, que desde março tentava emplacar uma proposta de incorporação da Tietê.

Segundo Nebreda, o Brasil ainda é pouco representativo nos resultados da AES Corp — em torno de 3% —, mas apresenta grandes oportunidades de crescimento. Em sua avaliação, o modelo de negócios desenvolvido pela Tietê, voltado à geração de energia a partir de fontes renováveis, com

tecnologia e foco no cliente, representa o futuro do setor elétrico. "O caminho é que toda a AES se pareça à Tietê", diz.

**Sobre metas de crescimento no país, Nebreda afirma que a intenção é de acelerar o ritmo de expansão observado até então. "Nos últimos três anos, crescemos 1 gigawatt (GW), queremos que [o ritmo] seja maior que isso."**

Os americanos apostam ainda que outra frente de criação de valor aos acionistas será a migração da Tietê para o Novo Mercado, nível de mais alta governança da B3. A companhia pretende realizar a migração em até seis meses. "Da sigla ESG (termo em inglês para questões ambientais, sociais e de governança corporativa), já fizemos um bom trabalho no 'ambiental' e 'social', o tema da governança estamos melhorando agora."

## **AES Uruguaiana**

Em relação a outros ativos do grupo no Brasil, Nebreda afirmou que a AES Corp está buscando uma solução para a AES Uruguaiana, usina termelétrica no Rio Grande do Sul que está parada há anos por problemas de fornecimento de combustível.

O ativo não é compatível com o portfólio renovável e com as metas de descarbonização das operações globais do grupo, reconhece o executivo. Porém, não há decisão sobre um desinvestimento. "Estamos avaliando várias coisas, em breve devemos anunciar o que vamos fazer". A Uruguaiana é detida pela AES Brasil e pelo BNDESPar por meio da Brasileira Participações.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 29/07/2020*

## **JUDICIÁRIO É UTILIZADO POR PARTIDOS E ATUA COMO LINHA AUXILIAR DA POLÍTICA, DIZ MOURÃO**

Vice-presidente também defendeu potencial de Bolsonaro para reeleição em 2022

*Por Folhapress — Brasília 29/07/2020 15h32 Atualizado*

O vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, disse nesta quarta-feira (29) que o Judiciário tem atuado como linha auxiliar da política em ações movidas por legendas que perderam as últimas eleições ou que são derrotadas em votações no Congresso.

Em entrevista pela internet ao "Diário de Pernambuco", do Recife, Mourão também disse que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) chegará a 2022 "extremamente competitivo" para a eleição presidencial e defendeu que o ideal seria que eles tivessem dois mandatos.

Na transmissão, Mourão criticou o que chamou de judicialização da política.



[https://s2.glbimg.com/-cgePnYmV3GxPjQt4xCuAYIt5VU=/0x0:2048x1365/984x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2020/X/C/iqnNBHSACaCbyNVAsDOg/49987564593-c5ee518ec5-k.jpg](https://s2.glbimg.com/-cgePnYmV3GxPjQt4xCuAYIt5VU=/0x0:2048x1365/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/X/C/iqnNBHSACaCbyNVAsDOg/49987564593-c5ee518ec5-k.jpg)

**O vice-presidente, Hamilton Mourão, criticou a atuação do Judiciário como "linha auxiliar da política" — Foto: Foto: Marcos Corrêa/PR**

"O que existe hoje é uma certa judicialização da política. Na minha visão, o Judiciário vem sendo utilizado por partidos políticos que perderam eleições ou não conseguiram êxitos em suas votações dentro do Congresso e, a partir dali, judicializam, e o Judiciário passa a atuar até como uma linha auxiliar da política", disse Mourão.

Para o vice-presidente, "nem o Judiciário pode se envolver na política nem a política pode ser judicializada".

A administração Bolsonaro tem vivido em constante tensão com o Judiciário.

No sábado (25), por exemplo, por meio da Advocacia-Geral da União, Bolsonaro anunciou uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) contra decisão do ministro Alexandre de Moraes de suspender contas de redes sociais de apoiadores do governo.

Mourão também se manifestou na entrevista a favor da reeleição de Bolsonaro.

"Julgo que o trabalho que o presidente Jair Bolsonaro vem realizando dará bons frutos e ele chegará a 2022 extremamente competitivo", afirmou o vice-presidente, para quem, "o ideal era que a gente conseguisse ter os dois mandatos do presidente".

Questionado sobre as eleições municipais deste ano, Mourão disse estar "comprometido em apoiar nossas candidaturas", referindo-se aos nomes do PRTB que disputarão prefeituras pelo país.

O vice-presidente disse que atuarão nas disputas "dentro dos limites da legislação" e que, dentro de sua possibilidade, pretende inclusive viajar a cidades como o Recife, capital que deverá ter um correligionário de Mourão na disputa.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 29/07/2020*

## **MAIORIA VOTARÁ PELA DERRUBADA DO VETO NA LEI DO SANEAMENTO, AFIRMA MAIA**

Presidente da Câmara também destacou a importância de avançar com temas ambientais e disse que pauta conservadora não é majoritária no Parlamento

*Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro, Valor — Brasília 29/07/2020 16h44 Atualizado*

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou nesta quarta-feira acreditar que a maioria dos parlamentares votará pela derrubada do veto ao novo marco legal do saneamento que permitiria a prorrogação dos contratos das empresas estatais por 30 anos, mesmo que o governo apresente uma proposta alternativa, porque houve um acordo sobre isso.

O governo estudaria, segundo reportagem do jornal "Folha de S. Paulo" desta quarta-feira, propor como alternativa que as estatais pudessem prorrogar seus contratos por 20 anos para evitar a derrubada do veto.

Maia afirmou que o veto faz sentido do ponto de vista técnico, de acelerar investimentos privados, mas que houve um acordo político para incluir essa regra, sem a qual o marco sequer teria sido aprovado. "Se tivesse voto, eu não teria incluído o artigo que foi vetado. Nós participamos do acordo com o governador da Bahia, Rui Costa, e outros governadores", disse.

"A impressão que me dá é que todos no Parlamento vão trabalhar para manter o acordo. O governo tem o direito de vetar, mas, se não tivesse o acordo, o texto nem chegaria para sanção", afirmou. 29/07/2020 16:29:14

### **Base aliada**

Maia voltou a comentar a saída de DEM e MDB do bloco liderado pelo PP para distribuição dos cargos na Câmara e apresentação de requerimentos. Para ele, essas movimentações são "estratégias de cada partido em relação ao Parlamento e muitas vezes ao governo" e que "isso não fortalece nem enfraquece ninguém".

Esta semana, após se dissociar de aliados mais antigos, o presidente Jair Bolsonaro resolveu fazer novo aceno à ala ideológica do governo e passou a defender novamente a aprovação de

projetos como a flexibilização do porte de armas e o ensino doméstico, que estavam parados desde o ano passado.

O presidente da Câmara comentou que o governo vem montando sua base aliada, mas mantém também diálogo com outros partidos que apoiam os projetos relacionados à economia, esta sim com apoio majoritário entre os deputados.

“Os temas de valores conservadores, das armas, do meio ambiente, essa agenda do governo tem menos apelo que a pauta econômica. Acho que ela não é majoritária”, disse, ao destacar que o DEM e MDB tem divergências com a pauta de costumes.

Maia buscou novamente dissociar a saída de DEM e MDB do “bloqueio” da eleição para presidente da Câmara, em fevereiro de 2021. Disse que a disputa está muito longe e é preciso antes atravessar a pandemia da covid-19. “Você já viu corrida de maratona? Geralmente tem sempre um que chamam de coelho, que sai correndo muito rápido no início nem chega no final”, comentou.

## Ambiente

Maia reforçou ainda a importância de se avançar com projetos ligados ao meio ambiente para garantir a retomada do interesse dos investidores internacionais no país. Ele explicou que pediu que parlamentares ruralistas e ambientalistas estudem sobre quais pautas tem mais chances de avançar ainda em 2020.

“Mexer no meio ambiente é mexer contra milhões de brasileiros que precisam primeiro da preservação da sua floresta. E mais do que isso, precisam que aqueles que têm interesse de investir no Brasil tenham segurança para o investimento”, disse Maia.

O parlamentar do DEM afirmou ter reunido um grupo de parlamentares para que eles possam “fazer uma pesquisa, uma análise nas bancadas dos partidos e nas bancadas temáticas, para a gente avaliar o que a gente consegue votar com uma sinalização forte de um equilíbrio entre o agronegócio e o meio ambiente”

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 29/07/2020*

## SALLES PROMETE INDENIZAÇÃO MAIS RÁPIDA A ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Medida vem após pressão de bancos e investidores estrangeiros por ações concretas para reduzir desmatamento

*Por Cristiano Zaia — De Brasília 29/07/2020 05h01 Atualizado há 12 horas 29/07/2020*



[https://s2.glbimg.com/YKnlc\\_6lWn9v7h9tVsXuqA3sMok=/984x0/sm art/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2020/D/A/RNLansTfmMetBNuvACNQ/foto29bra-111-terras-a6.jpg](https://s2.glbimg.com/YKnlc_6lWn9v7h9tVsXuqA3sMok=/984x0/sm art/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/D/A/RNLansTfmMetBNuvACNQ/foto29bra-111-terras-a6.jpg)

*Ricardo Salles: medida não é resposta direta à pressão de grandes empresas por ação do governo na área ambiental — Foto: Jorge William/Agência O Globo*

Sob pressão de bancos, CEOs de múltiplas e investidores estrangeiros que cobram ações concretas do Brasil para reduzir o desmatamento, o governo resolveu acelerar o pagamento de indenizações a proprietários que vivem em áreas de conservação federais espalhadas por todo país. O passivo a ser indenizado pela União soma R\$ 16 bilhões, acumulados ao longo das últimas duas décadas no país.

Em 2020 até agora, foram pagos R\$ 21 milhões e a meta é atingir um total de R\$ 51 milhões até o fim do ano, o que seria suficiente para abarcar uma área de 8,6 mil hectares concentrada em cerca de dez unidades de conservação da região Sudeste e de Goiás.

Hoje, a pasta vai indenizar em R\$ 6 milhões um empresário da região da Chapada dos Veadeiros, destino turístico localizado há pouco mais de 120 quilômetros de Brasília.

O ritmo dessas indenizações, que são usadas para desapropriar produtores rurais ou empresários do ramo do turismo que já moravam nessas áreas antes delas virarem unidades de conservação, porém, foi baixo nos últimos anos. Em 2014, o volume de indenizações foi de R\$ 4 milhões.

Quase todos as 334 unidades de conservação administradas pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, mantêm problemas de regularização das áreas por causa de famílias que ainda moram nessas áreas e aguardam por indenização. Enquanto não há a desapropriação, a preservação a essas unidades fica prejudicada, apontam entidades ambientais.

“Vamos agora aumentar o ritmo das indenizações para proteger mais as unidades de conservação”, disse ao Valor o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. “Há casos de proprietários aguardando indenizações há 50 anos. E esse tipo de situação tem em todo lugar, no Sul, no Rio de Janeiro, nos Lençóis Maranhenses.”

Salles nega que a ação seja uma resposta direta ao movimento de executivos de grandes empresas, que têm constantemente pressionado o governo e ontem passaram a exigir do Congresso também iniciativas para diminuir a tensão na questão ambiental. A gestão de Jair Bolsonaro voltou a ser alvo de reação externa e o próprio Salles sofreu fritura de ministros, da equipe econômica e até de alas do agronegócio, setor que ajudou a indicá-lo para o ministério.

“A gente já vinha pagando essas indenizações. Só no ano passado foram R\$ 29 milhões. Mas os empresários brasileiros estão no seu papel e o vice-presidente Hamilton Mourão tem sido bem-sucedido na coordenação de governo para dar as respostas necessárias.”

Em relação à contraofensiva do governo para reagir ao movimento do empresariado, Salles revela que o Conselho da Amazônia, liderado por Mourão, vai enviar uma carta para os cinco maiores bancos do país (Bradesco, Santander, Itaú, Banco do Brasil e Caixa), na árdua missão de tentar convencê-los a investir e manter pelo menos um parque nacional, cada um, dentre os 132 federais. Serão oferecidos por enquanto 118 parques para instituições financeiras firmarem parcerias público-privadas nesse sentido.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 29/07/2020*



**AGÊNCIA BRASIL - DF**

**VALE DÁ INÍCIO A PROTOCOLO DE EMERGÊNCIA EM BARRAGEM EM NOVA LIMA**

Empresa afirma que medida é preventiva

*Por Agência Brasil - Rio de Janeiro*

A Vale começou hoje (29), de forma preventiva, o protocolo de emergência em nível 1 da barragem 5, da Mina da Mutuca, em Nova Lima, Minas Gerais. De acordo com a mineradora, esse protocolo não determina a evacuação da população. A empresa informou que a barragem de rejeitos foi construída com solo compactado, com um alteamento para jusante e não recebe mais rejeitos de mineração.

“Tal protocolo é uma medida preventiva e consequência da mudança de critério técnico, com nova interpretação dos parâmetros de resistência realizado por etapa adicional de avaliação das estruturas da Vale no Brasil após a implementação, em janeiro deste ano, da função de Engenheiro de Registro ("EoR")”, acrescentou em nota.

A Vale assegurou que inspeções mais recentes não identificaram anomalias que possam comprometer a segurança da estrutura. “A barragem 5 teve sua Declaração de Condição de Estabilidade (“DCE”) emitida em 31 de março de 2020. Entretanto, a partir dos novos parâmetros observados, a DCE se tornará negativa”, completou.

Conforme a mineradora, o acionamento do nível 1 da barragem 5, da Mina da Mutuca “não impacta o plano de produção de 2020, conforme apresentado no Relatório Produção e Vendas do 2T20”.

Edição: Lílian Beraldo  
Fonte: Agência Brasil - DF  
Data : 29/07/2020

## CHINA INFORMA SUSPENSÃO DE EXPORTAÇÃO DE CARNE DE AVES DE UNIDADE DA BRF EM MS

São Paulo, 29 – A unidade da BRF S.A. de Dourados (MS/SIF 18) teve suspensa a exportação para a China, de acordo com comunicado do Departamento de Alfândegas da China (Gaac, na sigla em inglês) – órgão do governo chinês responsável pela habilitação de estabelecimentos exportadores e que também realiza o controle de mercadorias na aduana. O comunicado, divulgado nesta quarta-feira, 29, informa a suspensão das importações de produtos de aves da planta desde 23 de julho.

O documento não informa o nome da empresa, mas sim seu número de registros no Serviço de Inspeção Federal (SIF), do Ministério da Agricultura. O Gaac também não especifica o motivo do veto.

A necessidade de aumentar o controle sanitário em decorrência da covid-19 é o motivo alegado extra-oficialmente pelo governo chinês para a suspensão temporária de frigoríficos de vários países, em meio ao aumento de casos da doença nos abatedouros.

Além desta fábrica da BRF S.A, oficialmente, outros cinco frigoríficos brasileiros continuam com vendas suspensas para a China. As unidades da JBS em Três Passos (RS), da BRF S/A em Lajeado (RS), da Marfrig em Várzea Grande (MT) e a da Minuano em Lajeado (RS) foram vetadas pela China, enquanto a planta da JBS em Passo Fundo (RS) teve comercialização suspensa preventivamente pelo Ministério da Agricultura. Há dez dias, o departamento liberou a retomada das exportações de carne bovina da Agra Agroindustrial de Alimentos S/A, de Rondonópolis (MT/SIF 3941) para lotes embarcados desde 17 de julho.

Fonte: Agência Brasil - DF  
Data : 29/07/2020

# portosenavios

## PORTAL PORTOS E NAVIOS

### FINANCIAMENTO PARA P&D PREVISTO NA LEI DO FMM NÃO TEVE PEDIDOS NOS ÚLTIMOS ANOS

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 28/07/2020 - 18:57



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200415-trabalho-home-office.jpg>

Arquivo

R\$ 67,9 milhões foram destinados ao FNDCT em 2019, de acordo com o Ministério da Infraestrutura.

O Ministério da Infraestrutura informou que, nos últimos anos, não ocorreram pedidos de financiamento para projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) (científico ou tecnológico) e formação e aperfeiçoamento de recursos humanos voltados para os setores da marinha mercante, construção ou reparo naval, apesar de a

Lei 10.893/2004 prever o financiamento com recursos diretos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para essas finalidades. Marco legal do FMM, a lei 10.893 instituiu que, da parcela do produto da arrecadação do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que cabe ao FMM, será destinado, anualmente, o percentual de 3% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Em 2019, R\$ 67,9 milhões foram destinados ao FNDCT, de acordo com o Minfra. O valor ficou abaixo do registrado em 2018 (R\$ 78,16 milhões) e acima de 2017 (R\$ 60,12 milhões) e 2016 (R\$ 57,6 milhões). No primeiro trimestre de 2020, as destinações somaram R\$ 25,8 milhões. De acordo com a prestação de contas do FNDCT, 11 projetos foram beneficiados no ano passado, com recursos na ordem de R\$ 5,23 milhões.

FNDCT (Milhões R\$)	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (1º Trimestre)
	72,1	57,6	60,12	78,16	67,9	25,8

**Fonte: Ministério da Infraestrutura**

<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200728-tabela-fndct-divulgacao-minfra.jpg>

O FNDCT foi criado pelo decreto 719/1969 e restabelecido pela Lei 8.172/1991, para o financiamento de programas e projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico dos setores de transporte aquaviário e de construção naval, os quais devem ser alocados em categoria de programação específica e administrados conforme o disposto em regulamento. Procurado, o Ministério de Ciência e Tecnologia não havia respondido os questionamentos até o fechamento desta reportagem.

Um dos artigos da Lei 10.893/2004 prevê que os recursos do FMM sejam aplicados em apoio financeiro reembolsável mediante concessão de empréstimo à empresa brasileira de navegação (EBN), a estaleiro e outras empresas ou entidades brasileiras, inclusive as representativas de classe dos setores de marinha mercante e de construção naval, para projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico e formação e aperfeiçoamento de recursos humanos voltados para os setores da marinha mercante, construção ou reparo naval, até 90% do valor do projeto aprovado.

Atualmente, estão em tramitação no Congresso propostas que alteram o atual formato do FMM e do AFRMM. Entidades setoriais têm acompanhado de perto para que recursos destinados à construção naval não sejam reduzidos ou extintos drasticamente. Já o Ministério da Infraestrutura entende que o PL 3.129/2020, que tem o objetivo de criar estímulos para a navegação no Brasil, de autoria da Senadora Kátia Abreu (PP/TO), é uma das propostas legislativas que visam extinguir de imediato a arrecadação do AFRMM das cargas de adubos (fertilizantes), além de reduzir a arrecadação do AFRMM na navegação de longo curso de 25% para zero, a uma velocidade de 5% ao ano. “Caso não haja recolhimento do AFRMM, não haverá recursos novos para os fundos que dele se beneficiam, inclusive o FNDCT, cabendo, para o desenvolvimento de novos projetos, o uso dos recursos outrora acumulados tanto no FNDCT quanto no FMM, via empréstimo”, avaliou o Minfra.

A Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) avalia que as propostas de mudanças no FMM e no AFRMM são assuntos interligados, porém os projetos de lei em debate tratam as questões de forma distinta. No caso do projeto de lei complementar PLC-137/2020, que trata da utilização dos recursos existentes atualmente no FMM para auxiliar no enfrentamento da pandemia, a associação vê que a proposta ainda carece de detalhamentos sobre sua aplicação. Por outro lado, a Abac entende que o esgotamento da fonte impedirá que o governo fomente a atividade da indústria naval e da marinha mercante, o que merece ponderação.

Para a associação, o PL 3.129/2020, por sua vez, ataca diretamente o AFRMM, que é a fonte de geração de recursos para o FMM. Segundo a Abac, o PL extinguiria de imediato o AFRMM na navegação de cabotagem e interior, esquecendo que os usuários não pagam mais este AFRMM,

desde 1997. Como o AFRMM é não incidente, a associação considera que a medida é inócua, mas prejudicará as EBN's que são ressarcidas destes valores provenientes da prestação dos serviços de transporte, tendo como fonte a arrecadação do AFRMM. "O maior risco para a navegação de cabotagem está no PL 3.129, ainda que o PLC-137 também cause impacto", analisou a Abac.

A arrecadação do AFRMM é dividida em diferentes partes. 30% são destinados à DRU – Desvinculação de Receita da União. Outros 3% vão para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), para o financiamento de programas e projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico dos setores de transporte aquaviário e de construção naval. Um percentual de 1,5% vai para o Fundo do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM), para compensação das perdas decorrentes da isenção das embarcações do Registro Especial Brasileiro (REB). Além disso, 0,40% tem como destino o Fundo Naval, a título de contribuição para pagamento das despesas de representação e estudos técnicos em apoio às posições brasileiras nos diversos elementos componentes da Organização Marítima Internacional (IMO). O restante é então destinado ao FMM.

Para a Abac, o sucesso do AFRMM deve ser analisado em cada uma das destinações. "Certamente que o destinado ao ensino profissional marítimo vem atendendo satisfatoriamente. Após a grave crise de falta de marítimos, a Marinha vem ajustando a oferta desta mão de obra, ainda que sejamos favoráveis à formação continuada sem vinculação com a demanda, pois de alguma forma estaremos contribuindo para melhor qualificação de brasileiros", observou a Abac. Na visão da associação, o ressarcimento às EBNs como parte da destinação de recursos do AFRMM é importante para empresas que construíram embarcações de cabotagem ou navegação interior com recursos do FMM. "O ressarcimento fez parte do plano de negócios e a sua extinção, sem regra de transição, impactará seriamente, podendo ser questionada a legalidade da alteração", salientou a associação.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 29/07/2020*

## **PARA ENTIDADE E ESPECIALISTAS, UNIÃO DO PIS/COFINS ESTÁ NA CONTRAMÃO DO INCENTIVO À CABOTAGEM**

*Por Dérika Virgulino NAVEGAÇÃO 28/07/2020 - 19:58*



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/180329-navio-porta-conteiner-cabotagem.jpg>

**Arquivo**

**PL do Ministério da Economia exclui isenção do Pis e Cofins sobre a venda do combustível bunker.**

O Ministério da Economia enviou, na última terça-feira (21), ao Congresso Nacional parte da proposta de reforma tributária (PL 3887/2020). E um dos temas apresentados prevê a unificação do Pis e do Cofins, criando um novo imposto chamado de Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), com uma alíquota de 12% para empresas. Porém, além desse alto valor cobrado, existe também a preocupação sobre a exclusão da isenção do Pis e Cofins sobre o combustível marítimo, o bunker, previsto pela Lei nº 11.774/2008.

De acordo com vice-presidente executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), Luis Fernando Resano, o PL, nos artigos 32 e 37, altera essa legislação por não manter a isenção do pagamento do Pis e Cofins sobre bunker. "Estamos perplexos com essa proposta", criticou Resano. Por outro lado, de acordo com ele, no artigo 41 da proposta, a CBS isenta o querosene de aviação para aeronave em tráfego internacional. "A questão é que o avião ao chegar aqui precisa abastecer, a navio de longo pode abastecer em outro lugar, mas a cabotagem não tem essa opção, tem que abastecer aqui", explicou Resano sobre o prejuízo do PL principalmente à cabotagem.

O advogado tributarista e sócio da Advocacia Gomes, Almeida e Caldas, Renato Aparecido Gomes, destacou que embora tenha havido um esforço, por parte do governo, de promover e aumentar a cabotagem, com o projeto do BR do Mar, o que se percebe é que a “oneração” tributária pela eventual nova CBS vai à contramão das idéias propostas pelo projeto. Segundo ele, com a fusão do Pis e Cofins, pode haver “preocupante” agravamento para esse setor, com impacto significativo no plano de melhoria da infraestrutura logística do país, com forte dependência do transporte rodoviário.

Ele lembrou ainda que o governo já sinalizou pela manutenção das alíquotas atuais reduzidas, no novo tributo, para setores da área financeira, como bancos e seguradoras. Porém, na proposta apresentada não é possível observar a extensão desse “benefício” ao setor de navegação de cabotagem.

Outro ponto crítico para Gomes é sobre o ICMS que ainda incide sobre o bunker. De acordo com ele, a carga é relevante, algo entre 25% e 30% aproximadamente, variando conforme os estados envolvidos na operação. Ele afirmou que a discussão sobre a desoneração desse imposto é bem mais complexa por depender de um entendimento com tais estados.

Para a advogada tributarista e sócia do escritório Pereira do Vale Advogados, Rafaela Calçada da Cruz a redução do preço do combustível só será possível se houver a efetiva diminuição do ICMS, que tem uma alíquota de 12%. Ela disse que esse imposto majora até 60% do preço do combustível. “No ano passado, o governo federal chegou a levar a proposta de redução da alíquota do ICMS na proporção de zero. Todavia, a proposta não foi bem recebida, especialmente pelo governador do Estado de São Paulo, onde encontra-se um dos maiores portos do Brasil, o Porto de Santos”, lembrou.

Ela entende que, caso seja demonstrado aos governadores, por meio de um estudo, que o incentivo à atividade de cabotagem fomentará, além da indústria naval, o agronegócio, as indústrias e os comércios em geral em seu estado, a redução do ICMS na venda do combustível bunker pode ser compensado com o aumento da arrecadação, em relação ao desenvolvimento das referidas atividades econômicas.

Para Resano, da Abac, não faz sentido o governo propor a redução de um imposto e começar a cobrar outro sobre o combustível. “Esse novo imposto está na contramão do que o próprio governo pretende fazer para incentivar a cabotagem”, disse. Além disso, segundo ele, mesmo que o Brasil já esteja adequado às recomendações da IMO 2020, isto é, vendendo combustível com baixo teor de enxofre, o novo imposto afastará os consumidores. Resano afirmou que a Abac deve trabalhar para impedir que isso afete a cabotagem.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 29/07/2020**